



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas.

Departamento de Administração

Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal

ROSÁRIA PEREIRA DOS ANJOS ALMEIDA

A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: Os desafios e demandas da população de Anápolis para reduzir a criminalidade no município

Anápolis - GO

2019

FICHA CATALÓGRAFICA

Pereira dos Anjos Almeida, Rosária.

A Democracia Participativa: Os desafios e demandas da população de Anápolis para reduzir a criminalidade no município / Rosária Pereira dos Anjos Almeida, Anápolis: Universidade de Brasília, Orientador: Prof. Ricardo Corrêa Gomes, 2019. 54 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Anápolis - Goiás, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1. criminalidade 2. participação democrática 3. gestão pública.

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^a. Dr^a. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Prof^a. Dr^a. Fátima de Souza Freire

ROSÁRIA PEREIRA DOS ANJOS ALMEIDA

A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: Os desafios e demandas da população de Anápolis para reduzir a criminalidade no município

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do certificado de especialista (*lato sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professor Orientador: Dr. Ricardo Corrêa
Gomes

Anápolis - GO

2019

ROSÁRIA PEREIRA DOS ANJOS ALMEIDA

A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: Os desafios e demandas da população de Anápolis para reduzir a criminalidade no município

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília da aluna:

Rosária Pereira dos Anjos Almeida

Prof. Dr. Ricardo Corrêa Gomes
Professor-Orientador

Profa. MSc. Ildenice Lima Costa
Professora-Examinadora

Anápolis, 27 de abril de 2019.

Carinhosamente, dedico aos meus filhos Daniel e Samuel Filipe, que me compreenderam quanto a minha ausência ao realizar minhas atividades decorrentes ao curso, com palavras de incentivo como também me encorajando diante dos desafios enfrentados ao longo dessa jornada.

Primeiramente agradeço a Deus por ter me concedido graça no decorrer desta caminhada. Meus agradecimentos também a todo corpo docente que atuou nas mais diversas disciplinas. Ao meu orientador e Prof. Dr. Ricardo Corrêa Gomes e Prof. Ricardo Miorin Gomes que muito contribuiu para que eu pudesse elaborar este trabalho de conclusão do curso. Agradeço também ao meu tutor e professor Aurélio Maduro que sempre esteve presente nas minhas dificuldades e dúvidas apresentadas no período de estudo, orientando-me de forma colaborativa para que eu pudesse avançar durante o este processo aprendizagem.

RESUMO

A criminalidade na cidade de Anápolis tem-se aumentado de forma significativa nos últimos dez anos. A população vive dias de angústia em um cenário de insegurança, Nesta conjuntura, considera-se de relevância uma participação mais ativa dos moradores do município, as reivindicações são muitas em que pontua o aumento do policiamento nos pontos estratégicos e a prevenção do uso de drogas. A pesquisa abordará as causas que se julga importantes para o aumento da criminalidade bem como, as demandas, desafios e estratégias utilizadas para diminuir as ações criminosas em Anápolis, no caso impõe uma maior responsabilidade da governança municipal e que apresente soluções para resolver essa problemática. O objeto de estudo em questão, será desenvolvido considerando uma entrevista semiestruturada na proposta de uma temática que aborde situações relevantes para uma análise qualitativa, em que possibilitará ao entrevistado discorrer sobre o assunto no seu repertório de conhecimentos. A participação democrática da sociedade Anapolina na gestão pública de segurança municipal, corrobora com melhores resultados propiciando uma redução significativa no número de criminalidade ocorrida na cidade.

Palavras-chave: criminalidade, participação democrática, gestão pública.

ABSTRACT

Crime in the city of Anápolis has increased significantly in the last ten years. The population lives days of distress in a scenario of insecurity. At this juncture, it is considered of relevance a more active participation of the inhabitants of the municipality, the demands are many in which it scores the increase of the policing in the strategic points and the prevention of the use of drugs . The research will address the causes that are considered important for the increase of crime, as well as the demands, challenges and strategies used to reduce criminal actions in Anápolis. In this case, it imposes a greater responsibility for municipal governance and presents solutions to solve this problem. The object of study in question will be developed considering a semistructured interview in the proposal of a thematic that addresses situations relevant to a qualitative analysis, in which it will enable the interviewee to discuss the subject in their repertoire of knowledge. The democratic participation of the company Anapolina in the public management of municipal security, corroborates with better results propitiating a significant reduction in the number of crime occurred in the city.

Key words: crime, democratic participation, public management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cronograma de atividades.....	26
Figura 2 – Anos de atuação dos participantes de pesquisa.....	36
Figura 3 – Gráfico - Comparativo das remessas de inquéritos de 2016,2017 e 2018.....	41
Figura 4 – Gráfico - Comparativo homicídio Anápolis.....	43
Figura 5 – Gráfico - Bairros com maiores incidência de RAI.....	45
Figura 6 – Gráfico - Comparativo de pessoas presas em APFs em 2016, 2017 e 2018.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proporção de policiais por habitantes	29
Tabela 2 – Diferença do efetivo policial com relação ao ano de 2017:.....	30
Tabela 3 – Delegacias de Anápolis e número de servidores	30
Tabela 4 – Procedimentos registrados na Regional Anápolis	40
Tabela 5 – Evolução da produtividade das delegacias nos anos 2016,2017 e 2018.....	41
Tabela 6 – Quantidade de ocorrências por crime na regional	42
Tabela 7 – Comparativo a incidência de homicídios no município de Anápolis	43
Tabela 8 – Bairros com maior incidência de RAI	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAF – Auto de Apreensão em Flagrante
APF – Auto de Prisão em Flagrante
BOC – Boletim de Ocorrência Circunstânciado
CEPMG – Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás
CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança
CONASP – Conselho Nacional de Segurança Pública
COPOM – Centrais e Operações Policiais Militares
CPE – Comando de Polícia Especializada
DEAI – Delegacia de Atendimento ao Idoso
DEPAI – Delegacia de Polícia de Apuração de Atos Infracionais
DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
DEAM – Delegacia Especializada em Atendimento da Mulher
DRP – Delegacia Regional de Polícia
GIH – Grupo de Investigação de Homicídios de Anápolis
GGIM – Gabinete de Gestão Integrada Municipal
GENARC – Grupo de Repressão à Narcóticos
GEPATRI – Grupo de Repressão à Crimes Patrimoniais
NEAC – Núcleo de Estatística e Análise Criminal
RAI – Registro de Atendimento Integrado
TCO – Termo Circunstânciado de Ocorrência

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Contextualização	15
1.2	Fatores importantes para diminuir o alto índice de criminalidade em Anápolis	16
1.3	A participação da sociedade no processo de gestão pública de segurança	18
1.4	Objetivo Geral	20
1.5	Objetivos Específicos	20
1.5	Justificativa.....	21
2	REVISÃO TEÓRICA	23
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	26
3.1	Método qualitativo e quantitativo de pesquisa	27
3.2	Caracterização da organização do setor de estudo	29
3.3	Participantes da pesquisa	31
3.4	Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa.....	32
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados	34
4	RESULTADO E DISCUSSÃO.....	36
4.1	Indicadores de criminalidade	42
4.2	Incidências de criminalidade nos bairros.....	43
4.3	Prisões em flagrante (APF)	45
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	46
	REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO	49
	APÊNDICES	52
	Apêndice A – Roteiro de entrevista	52
	Apêndice B – Cronograma de atividades	53
	Apêndice C – Anos de atuação dos participantes da pesquisa na área da segurança pública ..	54

1 INTRODUÇÃO

A participação da população de forma democrática é uma questão relevante para a manutenção da vida dos cidadãos visando melhores condições de sobrevivência, com liberdade e podendo participar de uma cidadania em que seus direitos sejam mais respeitados e viver em uma sociedade em que todos possam gozar da sua liberdade em todas as circunstâncias vividas.

É muito importante que a sociedade civil tenha participação para o bom funcionamento do sistema de gestão pública na área da segurança na esfera municipal, é necessário considerar propostas que estimulem essa participação promovendo o bem comum dos cidadãos, considerando a adoção de um marco teórico com compromisso, mudanças sociais, justificação de práticas sociais emancipatórias existentes a serem criadas, e categorias operacionais desenvolvidas.

Existe uma teoria crítica para que haja uma tomada de consciência da população e modifique a realidade nos dias atuais com relação a criminalidade dos municípios. No caso, podemos inserir uma teoria crítica que exige do investigador a junção desse compromisso de mudança, havendo construção de propostas, meios, instrumentos destinados a uma maior participação nas práticas de cidadania, voltada às necessidades humanas essenciais e às interações sociais das pessoas envolvidas.

A criminalidade apresenta de forma expressiva na contemporaneidade que corrompem os direitos da humanidade, em nosso cotidiano trata-se de uma situação que banaliza e compromete a ordem social, as políticas de segurança pública e a paz de toda sociedade. Para Cunha (2000), os direitos humanos como dispositivos sociais, pode se apresentar como um conjunto de políticas baseada na moral e intimamente relacionada com os conceitos de justiça, igualdade e democracia.

Uma das razões para tanta violência no município de Anápolis relacionam-se com as condições estruturais da sociedade, como má estruturação familiar, acompanhado de condições precárias de sobrevivência de algumas pessoas, isso contribui principalmente para uma possível evasão escolar que conduz a criança e o jovem pré-adolescente a entrar no mundo do crime logo tão cedo. A criminalidade em Anápolis é percebida em maior número na periferia, são nos bairros mais pobres que acontece maior registros de casos, e sobretudo com inúmeras ocorrências de homicídios que acarreta grandes preocupações para toda a comunidade Anapolina.

Os pequenos furtos, roubos e assaltos que ocorrem no município de Anápolis também são marcados pelas ações dos menores infratores, eles sofrem serias consequências quando são reconhecidos como reincidentes. A violência que se funda sobre as desigualdades e a eliminação física do outro é a sua expressão mais extrema. A marginalidade e a exclusão são as fontes da violência praticada, tão logo esses adolescentes são assassinados, essas vítimas são encontradas nos bairros mais periféricos e isto eleva a estatística criminal da cidade.

Uma relação bastante radicalizada é que a morte dessas pessoas acaba por banalizar a violência, ou seja a desvalorização da vida. A resposta dos jovens é a mesma, em caso de risco reagem eliminando a sua vítima, essa situação não é nova, mas tem se agravado nos últimos anos de forma exponencial a ponto de ser considerada como uma epidemia pela sua propagação.

Enfim, a criminalidade não é configurada como uma doença, mas sim na resposta de uma sociedade que manifesta a sua pluralidade em ações e direções, no entanto não há uma síndrome social e sim muita barbárie e agressividade. Esses nichos são considerados anti sociedade e de repressão civil que se referênciam nos próprios direitos humanos, percebe-se que no município deverá haver uma formação de uma cidadania democrática e participativa que pode contribuir para reduzir a criminalidade em Anápolis, com melhores possibilidades de construir uma civilização mais consciente com relação às práticas do crime.

O controle da violência estaria na superação das condições mais dramáticas de vida para os mais jovens, a instituição escolar em Anápolis tem-se manifestado interesse em distanciar esses adolescentes do mundo da violência e do crime, criando projetos e espaços mediados para combater tal prática. A formação educacional da juventude Anapolina está submetida a um padrão relevante no combate da violência dentro das entidades educacionais, mesmo que para muitos esses padrões estão distanciados da realidade contemporânea, grande parte da sociedade considera importante o trabalho dos educadores no sentido de reverter este quadro.

Embora os resultados sejam poucos, as tentativas são várias no sentido de mudança, o ensino baseia-se em oferecer uma boa formação para os educandos, com uma organização administrativa e pedagógica que corrobora com a diminuição da violência nas escolas, entretanto as instituições educacionais em Anápolis hoje desenvolvem um trabalho eficiente no combate da violência entre a sociedade, projetos são desenvolvidos para que os adolescentes se envolvam em tempo integral, impedindo a sua permanência nas ruas aprendendo e participando de situações que possam levá-los às suas condutas de vida.

Mesmo que os projetos sejam elaborados e desenvolvidos com a participação de inúmeras entidades escolares, isso não é o suficiente para combater totalmente o problema, pois existem questões de ordens particulares da comunidade que dificulta melhores resultados no processo de redução da criminalidade e violência em Anápolis.

1.1 Contextualização

Face a esse objeto de estudo, trata-se do envolvimento da população de Anápolis para reduzir a criminalidade no município, de forma a configurar a necessidade de um compromisso mais ativo da sociedade civil nas estratégias a serem utilizadas. Considerar um modelo democrático e participativo de gestão pública propicia um maior ganho de credibilidade nas políticas de segurança, de modo a permitir um número considerável de atores que estejam presentes nos processos de tomada de decisão, podendo contribuir para meios de políticas mais acertadas.

A ampliação da participação pública no âmbito de novos arranjos de governança interativa, contribui no sentido de mobilizar todo o conhecimento disponível da sociedade com o intuito de beneficiar em prol da melhoria de uma performance administrativa e a democratização dos processos decisórios do município de Anápolis de forma específica, isso contribui para um maior comprometimento coletivo da população que estabelece formas de maior coesão na sociedade e apoio da comunidade local. Os moradores de Anápolis possuem um papel de fundamental importância em promover as mudanças necessárias nas políticas públicas de segurança. Criar um diálogo adotando critérios favoráveis para que essa mudança ocorra de forma pacífica em o poder público e os cidadãos.

Uma cidadania que é compreendida como um espaço de mediação constrói ótimas relações de liberdade e igualdade para todos. Em Anápolis, a viabilização de um modelo de democracia reflexiva corrobora para inovações participativas de uma política integrada e inclusiva, que contribui para uma possível redução dos atos criminosos ocorridos. As propostas de empoderamento e participação cidadã no município de Anápolis passam por uma análise de sua complexidade, de seu modelo e de seus produtos. Essa gestão relacional e o fomento de diálogo interinstitucional podem ser respondidos pelos chamados conselhos comunitários. Não há política de segurança consequente sem participação e transparência, sem confiança popular nas polícias e nas instituições públicas.

1.2 Quais fatores considerados importantes para diminuir o alto índice de criminalidade no município de Anápolis?

Nas últimas décadas a criminalidade aumentou de forma significativa não só no município de Anápolis, mas como em muitas outras cidades do país, tornando uma ameaça para a população dos grandes e pequenos centros urbanos do Brasil de forma, a desafiar os governantes não só à nível municipal como toda a esfera governamental. As possibilidades de melhorias neste sentido vão surgindo de acordo com as ideias de cada governo que atua nos municípios.

A segurança pública é vista pelos cidadãos como um dever dos estados, mas a situação se reflete nos municípios deixando a população receosa e com medo de sair nas ruas das cidades, preocupados com seus familiares, com o que possa acontecer até mesmo dentro de suas próprias residências. Os cidadãos lamentam tantos acontecimentos trágicos que supostamente veem no estado uma ineficiência para combater a criminalidade nas cidades.

A população de Anápolis tem-se reivindicado, o aumento do policiamento em pontos estratégicos e a prevenção do uso de drogas, havendo a necessidade de reforçar o policiamento em alguns pontos da cidade, onde há maior incidência de crimes. Há uma imensa necessidade em reforçar a segurança nas áreas comerciais da cidade, mas são encontradas mazelas que desafiam toda a equipe de segurança incluindo as comunidades.

Os desafios e as demandas são vários, no entanto não só nas áreas comerciais, como também nas residenciais, nas áreas de lazer e esporte é relevante que seja diversificado o policiamento e incorpore novas ferramentas com parcerias entre outras forças de segurança. A gestão pública municipal tem contribuído nas ações desenvolvidas no município no combate à criminalidade da comunidade anapolina.

Segundo, o assessor especial de segurança pública, o Plano Municipal de Segurança Pública já é uma realidade em Anápolis, mas é preciso do apoio da comunidade. “Não basta apenas deixar os problemas com os órgãos responsáveis, pois o morador é uma peça essencial para fazer suas reivindicações, denúncias e informações”, esclareceu. O assessor acrescentou que essa aproximação entre a comunidade e as forças de segurança faz parte do trabalho feito pelo Observatório de Segurança. Uma das atividades realizadas é o projeto Vizinhança Solidária.

O Observatório de segurança tem atuado para levar segurança a todas as regiões de Anápolis, e uma das ações que fazem parte do trabalho é a prevenção e orientação à população, por meio da Vizinhança Solidária. “É possível criar uma rede de informações e contribuir para o aumento da segurança nestes bairros”, destacou o assessor especial de segurança pública.

De acordo com as informações prestadas pela gestão pública municipal de segurança de Anápolis, em 2017 dentro das iniciativas que fazem parte do Plano Municipal de Segurança Pública, que combina uma série de outras ações, como a implantação de novas câmeras e equipamentos de segurança, além de políticas públicas de saúde, educação e de caráter social. Anápolis conta com a Assessoria Especial de Segurança Pública que tem como objetivo prestar atendimento e assessorar a população nos assuntos que envolvam a defesa do direito à segurança e à vida. A pasta é responsável pelo Gabinete de Gestão Integrada (GGIM) que atua para promover a articulação e proposição de soluções em âmbito da segurança pública municipal. O GGIM se configura como o maior espaço de integração e debate utilizado pelos órgãos do Governo Municipal. Com este modelo pretende-se melhorar a coordenação dos diversos esforços realizados para produzir segurança pública a partir da prevenção e repressão ao crime à violência, de forma a contribuir, significativamente, para garantir a qualidade de vida em Anápolis.

Anápolis ainda conta com o videomonitoramento é o carro-chefe dos projetos do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). O órgão foi criado pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – (Pronasci), do Ministério da Justiça, com objetivo de prevenir, controlar e reprimir a criminalidade no município. Atividades relativas à prevenção as drogas. Outro projeto que merece atenção e está sendo executado pela Assessoria Especial de Segurança Pública Municipal e GGIM, por meio da Gerência de Políticas Públicas sobre Drogas, com o desenvolvimento de estratégias de prevenção e educação sobre drogas. Para isto, são articuladas ações que envolvem palestras, oficinas e atividades práticas com o fortalecimento do debate e da participação de crianças e adolescentes em consonância com a Política Nacional sobre Drogas, do Governo Federal.

1.3 A participação da sociedade e o seu envolvimento no processo de gestão pública de segurança

A participação ativa da sociedade contribui na gestão da segurança pública no sentido de combater a criminalidade e a violência urbana. O trabalho das entidades policiais se torna mais efetivo com uma interação mais presente da população, com esse envolvimento e parceria as possibilidades aumentam em favor de uma melhor política de segurança, a comunidade quando informa dados relevantes sobre os casos de violência, bem como denunciam suspeitos que praticam ou praticaram crimes, ou até mesmo apontam lugares de riscos as investigações avançam. De outro modo, essa participação mais do que um papel meramente passivo, cabe aos cidadãos de forma ativa a elaboração de uma agenda política que cumpre a elaboração de muitas prioridades como, alocação de recursos, acompanhamento de execução de projetos, fiscalização até mesmo prestação de contas.

Desde que foi criado o sistema democrático no Brasil novas políticas públicas foram inseridas devido a necessidade de uma participação mais significativa da população brasileira em diversos contextos de administração, e com diferentes formas de atuação da sociedade ligadas a gestão participativa da segurança pública.

No campo da Segurança Pública, evidencia-se surgimento de conselhos temáticos ligados à gestão participativa da Segurança Pública, nos quais os atores sociais, membros de determinada localidade, passam a atuar como facilitadores do diálogo entre a comunidade local e os policiais. Segundo Macaulay (2005, p.149) os conselhos subdividem-se em três grupos: conselhos gestores; conselhos *ad hoc*; e conselhos temáticos.

Os primeiros conselhos seriam de natureza permanente e competente para fiscalizar a aplicação de determinadas políticas sociais, com competências definidas em lei para fixar prioridades, elaborar orçamentos e fiscalizar a implementação de políticas; os segundos, seriam criados para tratar de políticas governamentais específicas; e os últimos, estariam ligados a eixos temáticos e não teriam previsão legal específica, podendo ser criados por iniciativa local.

Em Anápolis foi criado Conselho Comunitário de Segurança que faz parte do Plano Municipal de Segurança Pública que prevê atendimento na área em todas as regiões do município de maneira a permitir o um maior envolvimento da população no intuito de reduzir a criminalidade da cidade. Esses atores sociais são membros de uma determinada localidade, que passam a atuar como facilitadores do diálogo entre a comunidade local e os policiais.

Esses conselhos, por possuírem um caráter eminentemente local, são denominados pela literatura especializada por Conselhos Comunitários de Segurança.

Os conselhos foram criados para traduzir o imaginário da polícia as singularidades da comunidade que representa. Na área de Segurança Pública é interessante nos reportamos ao que dispõe a Constituição Federal de 1988, entendendo que a mesma é dever do Estado, mas também direito e responsabilidade de todos. Nesse sentido, a criação de conselhos temáticos na área da Segurança Pública representa a aceitação da responsabilidade pela sociedade civil para melhoria dos serviços policiais, diminuição da criminalidade; enfim, para uma efetiva contribuição para o sonho de uma sociedade menos violenta e, conseqüentemente, mais segura.

A participação da população por meio dos Conselhos Comunitários de Segurança, nos assuntos relacionados à Segurança Pública, resulta os seguintes benefícios para a atividade policial: em um primeiro momento, é a comunidade que levantará os problemas relacionados à criminalidade e os que têm impacto sobre ela; em um segundo momento, é a população que levará tais problemas aos órgãos policiais, priorizando as soluções.

Ademais, não se pode esquecer-se de um papel potencial que poderá ser exercido pelos Conselhos, o papel de mediador entre os membros da comunidade e da comunidade *versus* polícias. É importante ressaltar que nem sempre as forças policiais e a comunidade estarão em um mesmo patamar de entendimento e de igualdade, seja porque as medidas reivindicadas pela comunidade não são legítimas ou legais, e nesse sentido é bom lembrar que as forças policiais são órgãos estatais), ou porque as polícias estão atuando em desacordo com necessidades repassadas ou mesmo contra as garantias constitucionais.

A gestão pública municipal de Anápolis tem-se discutido com os moradores melhorias na área de segurança apresentando soluções para os principais problemas na região. O 13º Conselho Comunitário de Segurança faz parte do Plano Municipal de Segurança Pública que prevê atendimento na área em todas as regiões de Anápolis. A parceria entre os moradores, o Conseg e órgãos de segurança é possível criar uma rede para aperfeiçoar o atendimento da PM na região e também contribuir para a prevenção de pequenos delitos. Segundo o assessor especial de Segurança Pública, “Queremos também aproximar a comunidade e os órgãos de segurança, para que possam ser mais que prestadores de serviços, sejam parceiros”.

A população de Anápolis reivindicou muitas melhorias na segurança pública municipal da cidade, como resultado dessas reivindicações foi criada em novembro de 2018 a Força Tática Municipal que vem dando certo. Desde que essa ação foi implantada houve uma

redução de 60% em furtos e roubos no município, se comparado com 2016. O incremento da segurança pública, idealizado pelo prefeito Roberto Naves, ainda garantiu aumento significativo de prisões (35%), apreensão de drogas (40%) e apreensão de armas (23%). (ANÁPOLIS, Portal da Transparência, 2019).

Segundo o assessor especial de Segurança Pública do Município, foi apresentado o balanço pelo Observatório Municipal de Segurança Pública que revelando que desde novembro de 2018 foram efetuadas duas mil abordagens e 20 flagrantes nesses três primeiros meses de atuação. “Esses resultados comprovam que a iniciativa do prefeito foi extremamente acertada”, comentou o assessor especial de Segurança Pública do Município.

De acordo com o Portal da Transparência do Município de Anápolis, a Força Tática Municipal foi uma proposta do prefeito Municipal, afirmando que é uma parceria entre a Prefeitura e a Polícia Militar, com o objetivo de reforçar a proteção da população com o aumento do número de policiais e viaturas. No entanto, são mais de 30 agentes que se dividem em dez viaturas para realizar o policiamento ostensivo e preventivo em todo o município. Roberto Naves diz que: “Não adianta agirmos separadamente, porque todos trabalharam em prol da população. Agora temos esse reforço nos locais com as mais incidências de crimes. Aonde a polícia chega, o bandido vai embora”.

1.4 Objetivo Geral

Compreender sobre a importância da democracia participativa para reduzir o alto índice de criminalidade no município de Anápolis, visando o bem comum dos cidadãos, considerando as necessidades de melhoria para que toda a população possa viver usufruindo de um dos direitos fundamentais que é segurança para todos os moradores.

1.5 Objetivos Específicos

- Apontar as causas consideradas relevantes para o crescimento da criminalidade no município;
- Identificar as demandas, desafios e estratégias necessárias para reduzir a criminalidade no município de Anápolis;

- Constatar como a governança municipal poderá encontrar soluções para esse grande problema que aflige grande parte da população.

1.6 justificativa

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a participação popular foi inserida na realidade do Brasil. A efetivação de instrumentos legais como a audiência pública, plebiscitos, referendos, ação popular, ação civil pública e a criação de conselhos compostos por representantes de órgãos estatais e da sociedade civil criaram um ambiente propício para uma maior interferência da sociedade na criação de políticas públicas, Declaração do Milênio das Nações Unidas, de 08 de setembro de 2000, reforça a importância da participação popular na seção “Direitos Humanos, Democracia e Boa Governança”, na qual os países signatários se comprometeram a “trabalhar coletivamente para conseguir que os processos políticos sejam mais abrangentes, de modo a permitir a participação efetiva de todos os cidadãos, em todos os países”. Considerando que essa participação tem grande relevância para que as mudanças ocorram, essa democracia participativa juntamente com a governança atuante tem o poder de transformar os meios de vida dos cidadãos.

Diante dessas circunstâncias percebe-se também que a população de um município quando atua de maneira democrática e participativa contribui para uma melhor atuação na gestão pública de segurança. Desenvolver um trabalho de boa qualidade, na área da segurança pública consequentemente, reduz a criminalidade nas populações urbanas, que viabiliza melhorias no modo de vida das pessoas. Muitos acreditam que a criminalidade nos centros urbanos poderá ser tratada como um fator dissociado de toda uma ampla gama de outros fatores conjunturais, isso é algo inaceitável na atualidade, os problemas sociais devem ser vistos como fatores importantes neste sentido. Com o passar dos dias a violência e criminalidade tem aumentado de forma intensiva nos centros urbanos, algo que preocupa muito não só os municípios, mas como também todo o sistema de governança do Brasil que busca estratégias para combater esse grande mal que prejudica toda a sociedade brasileira.

Para Rique e Lima (2003), “o problema da violência e do desrespeito aos direitos humanos é antigo no Brasil são raízes do tempo da escravidão, numa cultura do mando, em que algumas oligarquias rurais mandavam e desmandavam, e pouca distinção havia entre o público e o privado”. No caso, uma cultura que a pobreza e a criminalidade social sempre

foram concebidas como mazelas, em que a solução é observada pela atuação de um Estado repressor, até mesmo ao uso da força pelos setores dominantes sendo acordado com o consentimento do Estado.

A sociedade tem buscado meios de controlar as questões inerentes a violência e a criminalidade, de modo que são formadas várias opiniões sobre as causas e consequências dos atos cometidos pelos cidadãos. A violência e o crime ilegítimo rompem os elos da solidariedade social, a sua reprovação serve para vivificar os sentimentos comuns assegurando-se a existência da própria associação (DURKHEIM, 2007).

A população precisa estar envolvida na análise dos problemas específicos e nas respostas dadas quando passam a ser objeto de atenção da polícia. Para Skogan (2006, p. 28) a polícia deve levar a sério a definição do público acerca de seus problemas e que o policiamento comunitário deveria ser definido pelos esforços, que envolve parcerias entre a população e as organizações da comunidade civil a que representa, de maneira que haja um engajamento da polícia e a sociedade, Skogan ainda diz que:

O policiamento comunitário efetivo requer responsabilidade para com as demandas dos cidadãos a respeito tanto das necessidades da comunidade quanto das melhores formas pelas quais a polícia pode resolvê-las (...). A polícia e o público são, nesse sentido, coprodutores da segurança, nenhum podendo reclamar monopólio sobre o enfrentamento da criminalidade (Skogan, 2006, p. 28-29).

As instituições participativas criam múltiplos espaços de deliberação orientados a melhorar a qualidade da esfera pública, considerando as deliberações públicas organizadas de maneira autoconsciente, caracterizada pelos esforços ativistas espontâneos ou dos movimentos sociais, uma vez que esses movimentos influenciam as decisões do Estado por meio da pressão externa. Uma das mudanças mais comuns associadas ao policiamento comunitário é o fato de se atribuir aos policiais objetivos específicos de conhecer e relacionar-se com a população no intuito de desenvolver parcerias entre a polícia e a comunidade para a solução conjunta dos problemas.

2 REVISÃO TEÓRICA

No contexto desse estudo a visão de mundo adotada é de que as políticas públicas na área da segurança dos municípios tem muito que avançar, percebe-se que os antigos modelos adotados para combater a criminalidade não têm se mostrado tão eficientes para lidar com as diferenças e incertezas que caracterizam as cidades contemporâneas com suas ambivalências e contradições, exigindo, portanto, novas abordagens de governança interativa, baseadas em parcerias e em um diálogo ampliado e permanente entre governo, sociedade civil e os próprios cidadãos (Frey, 2004a e b). Borja e Castells (1997),

As potencialidades e limites de uma política municipal de segurança pública são avaliados com base nos princípios da descentralização político-administrativa e da participação popular, de um lado, e na sua integração com as políticas sociais e as iniciativas de desenvolvimento comunitário, de outro, enfatizando a atuação dos conselhos comunitários de segurança e das guardas municipais.

No final dos anos 90 e meados dos anos 2000 surgiram um novo retorno e fomento das iniciativas participativas no campo da segurança pública, foi criado o 1º Plano Nacional de Segurança Pública, ocorreu também o início de uma ação mais propositiva por parte do governo federal nesta área. A proposta deste plano foi um maior envolvimento da sociedade civil organizada com novas estratégias e programas comunitários que pudesse reduzir a criminalidade. Nos recentes anos, ao retomar às iniciativas com estratégias e programas vem sendo interpretada como parte constitutiva de um novo paradigma de segurança, por alguns denominados paradigmas da “prevenção”, por outros, da “segurança cidadã”.

Segundo Mesquita Neto (2006), o termo “cidadã” qualifica a expressão “segurança pública”, ao demarcar sua natureza republicana, reafirmando explicitamente o papel da sociedade civil no desenvolvimento de políticas de segurança em regimes democráticos.

É lançado em 2007 o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que reiterava alguns dos princípios já contidos no I PSNSP, e o paradigma normativo do Plano Nacional de Segurança Pública de 2003 (abandonada no mesmo ano). No contexto desse programa, a materialização da participação social como elemento central acontece com a promoção da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG), no ano de 2009, e a consequente reforma do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp) (Godinho, 2010; Kopittke *et al.*, 2010).

Diferentemente do campo da saúde, o engajamento político na promoção de espaços de ampla participação social no campo da segurança pública somente encontra seu momento de consolidação em um período muito posterior, entre 2009-2010, momento que será abordado adiante, por se referir a duas das principais instâncias institucionalizadas para a participação social organizada no campo da segurança pública. Essas parecem se apresentar como possibilidades reais para a articulação, em um processo integrado, das dinâmicas e discussões locais, municipais, estaduais e nacionais.

Conforme Avritzer, 2008, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a participação social nas políticas públicas vem conquistando notável importância no Brasil, trata-se de um conjunto de experimentos dispersos em diversas áreas específicas que vem avançando de forma democrática, essa participação adquire modelos institucionais estáveis. Esse formato de canais de participação social se divide em dois tipos: formais que são os conselhos cogestores e setoriais, conferências, orçamento participativo, e os informais que são os colóquios, oitivas, fóruns não institucionalizados, mesas de negociação, redes e associações diversas, que alcança vários setores da política pública.

De acordo com a literatura de Godinho, 2013, surgiram nos meados dos anos de 1980, os conselhos comunitários de segurança, experiência que não apresentou uma trajetória linear e consolidada devido às suas interrupções havendo a perda na sua centralidade política no campo de atuação. São iniciativas dignas de nota considerando que a temática de violência e da segurança tinham uma visibilidade menor e de menos importante na política democrática. Configura-se um momento em que se coloca na agenda pública a necessidade de efetivar as necessárias rupturas com as estruturas não democráticas que são caracterizadas no arcabouço de segurança.

Em Anápolis, o Conselho Comunitário de Segurança, faz parte do Plano Municipal de Segurança Pública que prevê atendimento na área em todas as regiões de Anápolis, com uma parceria entre os moradores, com o CONSEG e órgãos de segurança é possível criar uma rede para aperfeiçoar o atendimento da PM na região e também contribuir para a prevenção de pequenos delitos. Os moradores do município de Anápolis reivindicam o aumento do policiamento em pontos estratégicos e a prevenção do uso de drogas.

O Conselho Comunitário de Segurança é uma entidade de apoio às polícias estadual. Em outras palavras, são grupos de pessoas de uma mesma comunidade que se reúnem para discutir, planejar, analisar, e acompanhar as soluções de seus problemas, o qual se reflete na segurança pública. São meios de estreitar a relação entre comunidade e polícia, e fazer com que estas cooperem entre si. Cada CONSEG realiza reuniões ordinárias mensais,

normalmente no período noturno, em imóveis de uso comunitário, segundo uma agenda definida por período anual.

A Secretaria da Segurança Pública tem como representantes, em cada CONSEG, o Comandante da Polícia Militar da área e o Delegado de Polícia Titular do Distrito policial. Sua legitimidade tem sido reconhecida pelas várias esferas de Governo e por institutos independentes, o que permite afirmar que os CONSEGs representam hoje, a mais ampla, sólida, duradoura e bem sucedida iniciativa de Polícia orientada para a comunidade em curso no Brasil.

De acordo com Gohn, 1998; 2003, os conselhos representam órgãos de mediação entre o povo e o Estado e constituem uma das principais e inovadoras formas de constituição de sujeitos democráticos na área das políticas públicas, sendo possível definir os conselhos como “espaços de interface entre o Estado e a sociedade”. São pontes entre a população e o governo, assumindo a cogestão das políticas públicas. O poder é partilhado entre os representantes do governo e da sociedade, e todos assumem a tarefa de propor, negociar, decidir, implementar e fiscalizar a realização do interesse público” (Carvalho, 1998, p.3).

Analisando o fenômeno do surgimento dos conselhos de segurança, Miranda (2007) destaca que, no caso brasileiro, se é a partir de 1996 que a legislação em vigor preconiza que o recebimento de recursos pelos municípios para as áreas sociais está condicionado à existência de conselhos gestores [...], no que diz respeito à segurança, o condicionamento de liberação de verbas somente começou em 2003, com a proposta do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que colocou a implantação de Conselhos Comunitários de Segurança como requisito (Miranda, 2007, p. ____). dos mesmos terem sido criados por força de instrumentos legais relacionados à distribuição de recursos públicos (e não necessariamente por uma demanda de movimentos sociais ou da própria população) pode trazer desdobramentos perversos em relação à sua atuação, ou como destaca: Embora alguns vejam positivamente tal exigência, na prática ela pode comprometer a perspectiva de reinvenção democrática, na medida em que a obrigatoriedade dos conselhos de segurança seja interpretada como uma mera formalidade burocrática. (Miranda, 2008, p. 61)

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Neste objeto de estudo será aplicado uma entrevista semiestruturada em que não haverá uma imposição de uma ordem rígida de questões. Será proposto uma a temática que aborde as questões públicas de segurança bem como situações consideradas relevantes ao tema. O entrevistado irá discorrer sobre o assunto baseando-se no seu repertório de conhecimentos e informações as quais poderá conduzi-lo a uma maior reflexão na obtenção de melhores resultados para realizar uma análise qualitativa.

Fernandes (1991), ao discutir o trabalhar com relato oral, afirma que ao realizar uma entrevista o pesquisador estabelece uma relação com os pesquisados, e referindo-se às reflexões propostas por Francois Luberrherr ligadas às dimensões humanas na utilização desta técnica, diz que "... longe de se constituir em tarefa atribuída a debutantes, ela concretiza o lugar privilegiado onde se articulam conhecimento livresco e realidade espontânea, princípios universais e o singular concreto, conceptualização formalista e intuição pessoal. E, sobretudo obriga o pesquisador a se interrogar sobre si próprio e suas motivações para poder questionar os outros" (p.10).

Ao realizar uma entrevista acontece a captação imediata e corrente da informação desejada, com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados temas, permite também o tratamento de assuntos de natureza pessoal e íntima de forma que possa atingir maior número de informantes ou seja, os sujeitos de pesquisa que nem sempre poderiam ser atingidos por outros meios como questionários, a exemplo do pessoal com baixo nível de escolaridade. Desenvolver um objeto de estudo através de entrevistas nos permite correções, esclarecimentos e adaptações que tornam mais eficaz para as informações desejadas.

Figura 1

Cronograma de Atividades

Etapas	02 a 09/01	10 a 24/01	25/01 a 14/02	15 a 28/02	01 a 15/03	16 a 31/03	01 a 13/04	27/04	06/05
Elaboração do plano de estudo	X								
Plano de trabalho e elaboração do roteiro da entr		X							
Entrega do resumo e introdução do trabalho			X						
Aplicação da entrevista semiestruturada				X					
Referencial teórico e levantamento de dados				X					
Entrega da metodologia e Análise dos dados					X				

Entrega da análise de resultados e das conclusões		X		
Período de entrega do trabalho final			X	
Entrega do Resumo do Banner para apresentação			X	
Defesa da monografia				X
Entrega da versal final				X

Cronograma de atividades de autoria da pesquisadora

3.1 Método qualitativo e quantitativo de pesquisa

No objeto de estudo em questão, o método de pesquisa utilizado é o qualitativo em que considera-se uma entrevista semiestruturada. Utiliza-se também o método quantitativo coletando os dados para uma análise mais significativa pertinente ao tema em estudo. Nas questões qualitativas, há aplicação de métodos claros e sistemáticos resultantes das técnicas de coleta de dados utilizadas como entrevistas, questionários, relatos, observações, entre outros. Teixeira diz que:

Escolher um design de pesquisa qualitativa pressupõe uma certa visão de mundo, requer a definição como um investigador seleciona sua amostra, coleta e analisa dados e contempla assuntos como validade, confiança e ética. A pesquisa qualitativa não é linear, mas um processo de passo a passo, ou seja, um processo interativo que permite ao investigador produzir dados confiáveis e fidedignos. Assim, o processo de coleta e análise dos dados é recursivo e dinâmico, além de ser altamente intuitivo (Teixeira, 2003, p. 191).

As pesquisas qualitativas buscam compreender os mais diversos aspectos de um fenômeno, voltando-se para explicação mais detalhada de casos mais específicos, o que se presume menor capacidade de generalização do que as de natureza quantitativa. A entrevista semiestruturada será utilizada como instrumento de coleta de dados, esse relato verbal apreendem-se o nível de conhecimento, as motivações, as expectativas, os planos e as atitudes das pessoas.

De acordo com Vergara, 2012, o interlocutor vale-se de uma lista de tópicos ou aspectos derivados do qual o informante está envolvido, ou mesmo cuja percepção e interpretação orientam o acesso a outras fontes. As questões devem manter certa relação entre o tema, e o entrevistado se expressa espontaneamente sobre os pontos elencados e cujas respostas são consideradas como válidas pelo pesquisador. Goode e Hatt (1979) sugerem que se aplique um roteiro de entrevista, detentor de algumas informações sobre o entrevistado,

com questões que permitam adaptações, inclusões e busca por explicações quando as repostas não forem suficientes ou adequadas.

A linguagem é um instrumento que permite expressar as ideias em várias formas. No momento de uma entrevista, o pesquisador faz perguntas relacionadas ao tema em estudo e que são relevantes para que os objetivos sejam alcançados. O entrevistador necessariamente deverá estar com tudo planejado para que haja uma boa interação entre pesquisador e entrevistado. Existem casos, que o entrevistador faz uma pergunta de uma forma diferente daquela que estava no roteiro planejado, mas que parece ser melhor do que aquela que fora planejada. A transcrição vai deixar transparecer essa informação.

Quando se realiza uma entrevista semiestruturada é comum a necessidade de refazer a pergunta, para que haja melhor entendimento, exigindo do entrevistador a sensibilidade de perceber a situação concreta que refaz a pergunta de outra forma. Nas pesquisas sempre é preciso fazer alguns recortes para estudar o dado e o pesquisador deve estar consciente dos recortes que estão sendo realizados, verifica-se em muitas pesquisas, que foram utilizadas entrevistas como forma para coletar informações, neste contexto (MANZINI, 2006), diz que:

[...] os dados que podem ser analisados, tendo como procedimento de coleta uma entrevista, são inúmeros e o produto verbal transcrito é um dos possíveis recortes desses dados. Dessa forma, temos optado, atualmente, por utilizar as expressões informações advindas da entrevista, dados advindos da entrevista, verbalizações advindas das entrevistas, ao invés da expressão a entrevista foi transcrita e analisada, pois, como apontamos, muitas podem ser as informações transcritas, de natureza verbal ou não verbal, e muitos podem ser os dados a serem analisados (MANZINI, 2006, p. 371)

Para a coleta dos dados ao tema em estudo, “A democracia participativa: Os desafios e demandas da população de Anápolis para reduzir a criminalidade no município” inicialmente será elaborado um roteiro para as entrevistas com atores envolvidos no processo de gestão pública de segurança do município de Anápolis como: delegados, juízes, assessores e policias de diversas titulações.

A partir do roteiro definido, as visitas e observações serão realizadas em diversos locais como: Assessoria Especial de Segurança Pública de Anápolis, fórum do município, Comando de Policiamento Especializado (CPE), delegacias e colégios militares da cidade. Utiliza-se a entrevista semiestruturada de maneira exploratória que permite a compreensão do problema a partir da formulação de hipóteses e subsídios para a criação de instrumentos de coleta de dados. As visitas terão duração de 2 horas cada e conduzidas pela pesquisadora, contando com um número de oito participantes para ser entrevistados.

As questões para o roteiro de entrevistas devem manter relação com o tema em estudo, o entrevistado se expressa de forma espontânea sobre os pontos elencados e cujas respostas são consideradas como válidas pelo pesquisador. Goode e Hatt (1979) sugerem que se aplique um roteiro de entrevista, detentor de algumas informações sobre o entrevistado, com questões que permitam adaptações, inclusões e busca por explicações quando as repostas não forem suficientes ou adequadas.

3.2 Características e organização do setor em estudo

A 3ª Delegacia Regional de Anápolis tem sob sua circunscrição 21 municípios, sendo que apenas 10 (dez) contam com delegacias que tem servidores do quadro efetivo da Secretaria de Segurança Pública, ou seja, policiais. Não há um estudo consensual de qual seria a quantidade ideal de policial por habitantes, entretanto a ONU recomenda a média de 1 policial para cada 450 habitantes. Há ainda um estudo internacional que demonstra que a média mundial está em 01 policial para cada 300 habitantes, entretanto, cabe ressaltar aí, que nesta média mundial está incluída a Polícia Militar.

Conforme tabela 1 constam as dez cidades da regional que tem delegacia e servidores da SSP, e nela podemos ver que a média em nossa regional, comparando a população de cada município por servidores efetivos, está bem aquém do desejado.

Tabela 1
Proporção de Policiais por habitantes

	População	Delegado	Agente	Escrivão	Total	Proporção (servidores por habitantes)
Abadiânia	19.614	0	2	1	3	1:6.538
Anápolis	381.970	16	96	55	167	1:2.287
Corumbá	11.050	1	5	1	7	1:1.578
Goianápolis	11.239	1	1	1	3	1:3.746
Goianira	43.260	1	4	3	8	1:5.407
Inhumas	52.465	1	6	5	12	1:4.372
Nerópolis	29.293	1	3	2	6	1:4.882
Petrolina	10.301	1	2	1	4	1:2.575
Pirenópolis	24.749	1	4	3	8	1:3.093
Silvânia	20.573	1	3	3	7	1:2.939

Fonte: NEAC – 3ª RISP – Anápolis, 2019, pág. 3

Na tabela 2 podemos observar ao longo do ano de 2018 a regional manteve o número de servidores, entretanto cabe ressaltar que houve nomeação de novos servidores oriundos de concurso público, sendo que 174 escrivães de polícia substitutos e 229 agentes de polícia substitutos estão na ativa. Desses, nove escrivães e nove agentes, foram encaminhados para nossa regional, ou seja, os novos servidores apenas cobriram um déficit que ocorreu durante o ano de 2018, tanto por aposentadorias, quanto por remoções, não gerando, dessa forma, impacto positivo na quantidade de servidores policiais na regional

Tabela 2: Diferença do efetivo policial
Percentual feito com relação ao ano de 2017

	SERVIDORES POLICIAIS			Dif. (%) *
	2016	017	2018	
Abadiânia	3	5	3	-40%
Anápolis	179	172	167	-3%
Corumbá	4	4	7	75%
Goianápolis	1	3	3	0%
Goianira	8	8	8	0%
Inhumas	10	10	12	20%
Nerópolis	5	7	6	-14%
Petrolina	2	1	4	300%
Pirenópolis	12	8	8	0%
Silvânia	7	7	7	0%
TOTAL	231	225	225	0%

Fonte: NEAC – 3ª RISP – Anápolis, 2019, pág. 3

Na tabela 3 observamos as delegacias de Anápolis com as quantidades de servidores de cada uma.

Tabela 3:
Delegacias de Anápolis e número de servidores

	Delegado	Agente	Escrivão	total
1º	2	4	4	10
2º	0	5	3	8
3º	1	4	3	8
4º	1	5	3	9
5º	1	6	3	10
6º	0	3	2	5
3ªDRP	1	6	6	13
DEAI	1	7	3	11
DEAM	1	6	4	11
DEPAI	0	8	2	10

DPCA	1	4	3	8
GENARC	1	5	1	7
GEPATRI	0	4	1	5
GIH	3	11	5	19
GOI	0	1	1	2
GRUPO A	1	4	3	8
GRUPO B	1	5	2	8
GRUPO C	1	4	3	8
GRUPO D	0	4	3	7
TOTAL	16	96	55	167

Fonte: NEAC – 3ª RISP – Anápolis, 2019, pág. 4

3.3 Participantes da pesquisa

Os sujeitos do estudo foram selecionados de forma bastante criteriosa, com diferentes conhecimentos e experiências na área da segurança pública. Os participantes atuam com compromisso e seriedade nas políticas públicas de segurança no município de Anápolis. No momento da entrevista os atores participantes foram contundentes ao responder os questionamentos de acordo com seus perfis diferenciados, ao modo de cada um, todos permaneceram tranquilos e interessados em poder contribuir para que haja uma redução na criminalidade no município de Anápolis. Todos os entrevistados possuem cursos superiores e algumas especializações na área atuante.

A escolha do método para análise de dados nas pesquisas qualitativas, proporciona um olhar multifacetado sobre a totalidade dos dados recolhidos das mais diversas fontes, é uma escolha que pode gerar tensões e possíveis confusões no momento da delimitação dos procedimentos metodológicos, considerando que as técnicas são diferentes em suas essências, no entanto possuem pontos em comum que poderão causar inquietudes nos pesquisadores.

Os contatos foram feitos pessoalmente com os participantes durante a realização da pesquisa. A pesquisadora optou por entrevistar atores envolvidos no processo, optou por escolher delegados e policiais militares de vários títulos, como também atores de programas de participação comunitária, mas atuantes nas regiões escolhidas, para mais uma vez confrontar os pontos de vista levantados, portanto foram realizadas oito entrevistas com questionamentos abordando o tema em estudo.

3.4 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa

O objeto de estudo teve como instrumentos de pesquisa uma entrevista semiestruturada com atores envolvidos no processo de políticas públicas de segurança de Anápolis. Inicialmente, a pesquisadora elaborou o roteiro para a entrevista com seis questionamentos considerados relevantes de maneira que os objetivos sejam alcançados, compreender sobre a importância da democracia participativa para reduzir o alto índice de criminalidade no município de Anápolis, visando o bem comum dos cidadãos, considerando as necessidades de melhoria para que toda a população possa viver usufruindo de um dos direitos fundamentais que é segurança para todos os moradores.

A partir do roteiro elaborado, a pesquisadora entre os dias 11 a 21 de fevereiro de 2019 realizou visitas para agendar as entrevistas em várias entidades policiais como: CPE – Comando e Polícia Especializada, CEPMG – Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás, DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, DEAI – Delegacia de Atendimento ao Idoso, GGIM – Gabinete de Gestão Integrada Municipal, COPOM – Central de Operações Policiais Militares, Observatório Municipal de Anápolis e 3ªDRP – 3ª Delegacia Regional de Polícia de Anápolis.

Os agendamentos para as devidas entrevistas foram para os dias 25, 27 e 28 de fevereiro e 07, 12 e 14 de março do corrente ano. Conforme agendamento nos dias mencionados, o primeiro entrevistado foi o capitão e subcomandante do Comando de Polícia Especializada, o segundo, o capitão da Polícia Militar com atuação no Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás, o terceiro, o tenente responsável pelo patrimônio do CEPMG e o Subtenente coordenador disciplinar da mesma corporação. A delegada de polícia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) foi a quinta entrevistada. No mês de março foi possível realizar três entrevistas sendo o sexto entrevistado o delegado de polícia da Delegacia de Atendimento ao Idoso (DEAI), na sequência o sargento da Central de Operações Policiais Militares e o diretor do observatório municipal de segurança de Anápolis, totalizando as 8 entrevistas realizadas neste período.

A importância das entrevistas como instrumento de coleta de dados está ligada ao fato de que, por meio do relato verbal, apreendem-se o nível de conhecimento, as crenças, as motivações, as expectativas, os planos e as atitudes das pessoas (Selltiz, Wrightsman e Cook, 1987). Neste objeto de estudo será aplicada uma entrevista semiestruturada com 10

participantes os quais são atores que estão envolvidos no processo de segurança pública do município de Anápolis.

Roteiro de entrevista foi elaborado com 6 perguntas discursivas pela pesquisadora. Os entrevistados deverão opinar com relação à algumas questões relevantes ao tema em estudo, “A democracia participativa: Os desafios e demandas da população de Anápolis para reduzir a criminalidade no município” de modo que foram elaborados 6 questionamentos considerados importantes na construção de melhorias no Sistema de Gestão de Segurança Pública do município para diminuir a criminalidade, com uma atuação mais participativa da população. De acordo com a pesquisadora são enumeradas as questões do roteiro para entrevista semiestruturada:

P1: Há quanto tempo você presta serviços para a população de Anápolis na área da segurança pública?

P2: Em sua opinião, qual o papel da participação popular na redução da criminalidade em Anápolis?

P3: Em sua opinião, quais causas podem justificar os altos índices de criminalidade no município de Anápolis?

P4: Em sua opinião, como as políticas públicas de segurança pública podem melhorar a situação da criminalidade em Anápolis?

P5: Como polícias e a população de Anápolis podem cooperar para melhorar o efeito das políticas de segurança?

P6: Em Anápolis temos três unidades de ensino que presta uma educação de civismo e cidadania, que são os Colégios Militares, e brevemente teremos mais uma unidade para atender uma grande demanda de estudantes. Qual a sua opinião sobre esse sistema de educação militarizada? É um ensino que contribui para que nossas crianças e jovens se tornem melhores cidadãos para viver em sociedade?

As entrevistas foram realizadas com observações, perguntas e anotações por parte da entrevistadora, no momento foi possível perceber as reações dos entrevistados, de maneira que as informações verbais e não verbais fossem identificadas. Não houve pausa no diálogo, ou seja, interferências no momento da entrevista. Os entrevistados se comportaram com atenção e interesse pelo objeto de estudo em questão.

As informações dos entrevistados foram avaliadas para serem transcritas os acontecimentos no processo de coleta. Todas as situações foram elementos fundamentais que puderam estar relacionados ao processo de análise e interpretação da pesquisa, no entanto esses argumentos reforçaram a tese de que a transcrição é uma pré-análise. É de fundamental importância que o pesquisador saiba os seus objetivos e assinale o que é mais conveniente para a análise. Para Marcuschi (1986), não existe “a melhor transcrição”, trata-se de questões complexas que podem definir com clareza quando que poderá ser assinalado em uma entrevista.

De acordo com BARDIN, 2000 a pré-análise baseia-se na transcrição, várias leituras são realizadas para compor e entender os dados. Ao realizar a transcrição da entrevista é preciso definir quais serão as normas que irão reger o que está sendo transcrito, nessas normas deverão conter os elementos essenciais para transformar as informações em dados coletados, ainda sobre as questões da transcrição e edição das entrevistas, Duarte (2004) afirma que:

As entrevistas podem e devem ser editadas. Exceto quando se pretendem fazer análise de discurso, frases excessivamente coloquiais, interjeições, repetições, falas incompletas, vícios de linguagem, cacoetes, erros gramaticais, etc. devem ser corrigidos na transcrição editada. É importante, porém, manter uma versão original e uma versão editada de todas as transcrições [...] (DUARTE, 2004, p. 21).

As entrevistas referentes ao objeto de estudo aconteceram de forma tranquila em que todos os atores disponibilizaram parte do seu tempo para esclarecer os questionamentos levantados pela pesquisadora.

Com relação a coleta e amostra de dados, com fontes estatísticas foram realizadas entre os dias de 11 de fevereiro a 14 de março do corrente ano, em que primeiramente houve a visita na 3ª DRP- 3ª Delegacia Regional de Polícia – Anápolis para possíveis agendamentos para coletas dos dados estatísticos. Os dados coletados estão em conformidade com o relatório de Análise Criminal e estatística, elaborado pelo Núcleo de Estatística e Análise Criminal da 3ª RISP, com o intuito de avaliar os serviços prestados pela Polícia Civil no ano de 2018 e também subsidiar, com essas informações, tomadas de decisão em nível tático, estratégico e até mesmo administrativo, na Regional de Anápolis. Os dados foram retirados dos sistemas da polícia civil, em especial o sistema BI-Pentaho.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Os procedimentos desenvolvidos para coletar as informações neste objeto de estudo em que foi abordado o tema: “A democracia participativa: Os desafios e demandas da população de Anápolis para reduzir a criminalidade no município”, ocorreram entre 25 de fevereiro à 14 de março de 2019. Inicialmente, foi elaborado pela pesquisadora o roteiro para entrevistas semiestruturada. Foram realizadas visitas nas unidades policiais, como delegacias, Assessoria Especial de Segurança Pública de Anápolis e colégios militares no intuito de construir uma relação de parceria entre a pesquisadora e entrevistados, embora os atores manifestaram interesse pelo assunto, houve a necessidade de agendar para que as entrevistas acontecessem.

Mediante os agendamentos foi possível dar início ao trabalho com a realização das entrevistas. Dentre os participantes da pesquisa podemos citar: E1- Capitão Subcomandante (CPE); E2- Capitão PM (CEPMG); E3- Ten. PM (CEPMG), responsável pelo patrimônio; E4- Subtenente PM (CEPMG), coordenador disciplinar; E5- Delegacia de polícia, (DPCA) Del. Proteção da Criança e do Adolescente; E6- Delegado de polícia em Atendimento ao Idoso (DEAI); E7-Sargento (COPOM PM), GGIM, e Observatório Municipal de Segurança de Anápolis; E8- GGIM de Anápolis, Assessor Especial de Segurança Pública de Anápolis e Diretor do Observatório de Segurança.

Para se coletar os dados foi necessário a participação da escrivã da polícia civil da 3^aDRP – 3^a Delegacia Regional de Polícia de Anápolis, os dados coletados estão em conformidade com o relatório de Análise Criminal e estatística, elaborado pelo Núcleo de Estatística e Análise Criminal da 3^a RISP, com o intuito de avaliar os serviços prestados pela Polícia Civil no ano de 2018. Os dados informados foram retirados dos sistemas da polícia civil, em especial o sistema Bi-Pentaho e as informações quanto ao efetivo, foram retiradas do banco de dados do RH da Regional. E as informações quanto à população das cidades que compõem a regional foram retiradas do site oficial do IBGE.

Analisando os estudos de BARDIN (2010), a análise dos conteúdos passou no decorrer dos anos reformulações desde os primeiros preceitos até os dias atuais, com uma análise mais contemporânea, influenciada pelo uso do computador. Hoje em dia, existem *softwares* que auxiliam, principalmente, nos processos de organização do material e na codificação dos dados. Exemplo disso é o *software* NVivo, criado para auxiliar os pesquisadores a gerenciar todo o seu material de pesquisa em um só lugar, reunindo fontes de diferentes origens (PDFs, planilhas, bancos de dados, áudio, vídeo ou imagens) e registrando análises em um único arquivo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as propostas de uma entrevista semiestruturada, a pesquisadora apresenta os instrumentos utilizados para pesquisa e coleta de dados do objeto de estudo cujo tema é: “A Democracia Participativa: Os desafios e demandas da população de Anápolis para reduzir criminalidade no município”. A pesquisa agrega uma maior flexibilidade na interação que por sua vez, conduz a obtenção dos dados a serem coletados com maior fidelidade. Onde se lê: P1 (Pergunta 1), E (Entrevistado). Os participantes da pesquisa foram: E1- Capitão Subcomandante (CPE); E2- Capitão PM (CEPMG); E3- Ten. PM (CEPMG), responsável pelo patrimônio; E4- Subtenente PM (CEPMG), coordenador disciplinar; E5- Delegacia de polícia, (DPCA) Del. Proteção da Criança e do Adolescente; E6- Delegado de polícia em Atendimento ao Idoso (DEAI); E7-Sargento (COPOM PM), GGIM, e Observatório Municipal de Segurança de Anápolis; E8-GGIM de Anápolis, Assessor Especial de Segurança Pública de Anápolis e Diretor do Observatório de Segurança. Com relação a pergunta 1 (P1) em que os entrevistados informaram sobre o tempo de sua atuação nos serviços prestados para a população de Anápolis na área da segurança pública conforme discriminado no gráfico:

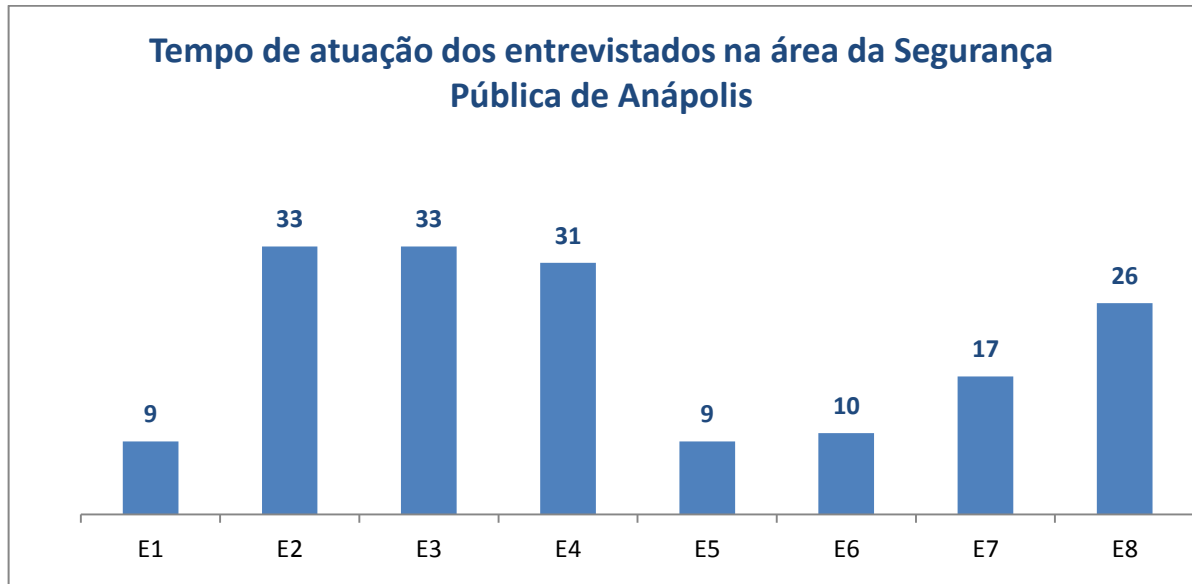


Figura 2: Anos de atuação dos participantes da pesquisa na área da Segurança Pública

Segundo o subcomandante e capitão do Comando de Polícia Especializada (CPE) afirma-se que:

“A participação popular surtiu grande efeitos na redução da criminalidade, e uma ação bastante produtiva no sentido de melhoria, a comunidade contribui para apontar pontos de drogas atuantes. O tráfico de drogas direta ou indiretamente, são as causas dos homicídios e roubos, com isso tem crescido o porte ilegal de armas. O prefeito de Anápolis criou o Comando Tático Municipal. A prefeitura contribui

financeiramente responsabilizando pelo pagamento das horas extras dos policiais, com isso aumenta o efetivo nas ruas. O crime existe desde o início do mundo. Anápolis está em um nível aceitável na parceria, o prefeito de Anápolis também tem um envolvimento bastante produtivo com compromisso em que é mantido esse nível de aceitação. A minha opinião sobre os colégios militares é que são colégios referência nacional, com uma proximidade maior com a polícia. A polícia hoje trabalha com uma formação qualificada. A admiração que os jovens possuem pela figura do policial militar tem aumentado”. (ENTREVISTA EM: 25/02/19).

O capitão e subcomandante da polícia militar, reconhece que o sistema de segurança pública no Brasil está falido e que precisa ser priorizado com investimentos na educação dos jovens, mencionou também que falta um maior compromisso das famílias no processo de educação de seus filhos e que houve uma transferência de responsabilidades que era dever da família passando a ser da escola que não está preparada para educar. O papel de educar é sempre da família. O sistema atual de políticas públicas tem que ser unificado em que haja limite para determinadas situações e isso reforça na área da cidadania e direitos humanos. O subcomandante ainda acrescenta que as políticas públicas de segurança podem e muito melhorar a situação da criminalidade em Anápolis, mas para que isso aconteça é necessária uma mudança de lei, em que deixa de ser corrupta e venha atender as famílias e não o bandido. Conforme o capitão e subcomandante, pode-se dizer que:

Se o sistema de educação dos filhos não tivesse sido corrompido não necessitaria da PM. A PM ao ser introduzido no sistema educacional os alunos se sentem seguros, sem desprezar a responsabilidade da família no processo de educação dos filhos. A população de Anápolis e as polícias tem muito efeito para melhorar as políticas públicas com debates, reunião e conscientização da comunidade mostrando que essa inversão de valores não deu certo no processo de educação dos filhos. (ENTREVISTA EM: 27/02/19)

O responsável pelo patrimônio do Colégio Estadual da Polícia Militar do Estado de Goiás, em seu relato a participação popular é muito importante na redução da criminalidade em Anápolis, mas para que isso ocorra é necessário que a população promova denúncias, coopere com os órgãos de segurança e se abstenham do máximo possível das possibilidades de criminalidade, tomando as devidas precauções.

Pode-se justificar como causas criminalidade não só no município de Anápolis, mas como em todo o Brasil é a impunidade, as leis frouxas e até certo protecionismo das leis com os criminosos, ainda comentou sobre a necessidade de aplicar leis rigorosas, investir na educação, trabalhar o fator cultural da população, pois o mesmo está em total degradação moral e espiritual. Para o Tenente da PM e responsável pelo patrimônio do colégio, “tem que haver uma cooperação e interação entre polícias e população para melhorar os efeitos das políticas de segurança, o sistema militar é o melhor, prega a ordem, a disciplina e os valores

morais. Ainda diz que o sistema civil é um sistema falido além de ser contaminado pela esquerda”. (ENTREVISTA EM: 27/02/19)

De acordo com o que foi relatado pelo subtenente e coordenador disciplinar do CEPMG, a polícia comunitária estreita as relações entre população e polícias, ou seja, o cidadão de bem. O feedback entre polícias e sociedade contribui para que sejam apontados os locais de criminalidade e que as principais causas do alto nível de criminalidade é que as leis não são aplicadas corretamente como também a ausência da família na educação de seus filhos, e com isso há um desenfreamento dessa situação. As políticas públicas terão que cumprir as leis, com melhores condições de trabalho e um planejamento mais elaborado. Para o subtenente e coordenador disciplinar do CEPMG, “ Com uma maior implantação na maturidade da população estreita esse casamento entre polícia e sociedade do bem”. (ENTREVISTA: 27/02/2019)

De acordo com a delegada de polícia que desenvolve um trabalho em delegacia especializada diz que: “A participação da população contribui em especial de forma preventiva como: fortalecimento dos laços familiares, os pais têm que se esmerar em ser exemplos para os filhos, e a família deve ser parceira da escola”. A entrevistada agiu gentilmente em participar da entrevista, na sua fala percebe-se que sua opinião diz não só em Anápolis, mas em todo o país as causas que elencam esses índices de criminalidade é o esquecimento do sentimento de religiosidade e amor ao próximo, o enfraquecimento da família em que os pais são muito ocupados na luta pelo sustento em detrimento da atenção de seus filhos. As políticas públicas de segurança têm um papel fundamental para reduzir essa criminalidade em Anápolis, neste sentido a delegada diz é necessário:

Investimento em atividades de educação e lazer para os jovens, a destinação de recursos para que a polícia civil possa concluir as investigações com celeridade e com isso não se dissemina a sensação de impunidade. Quanto a educação militarizada, sou favorável a instalação dos colégios militares, uma vez que nesse sistema de ensino público tem sido um dos poucos em que o professor pode exercer sua autoridade sem ser agredido e achingalhado pelos alunos. Esses colégios têm tentado resgatar o respeito à civilidade no ensino público.

(ENTREVISTA EM: 28/02/2019)

Segundo o delegado de polícia que atua em delegacia especializada, o papel da participação popular na redução da criminalidade em Anápolis é denunciar anonimamente, apoiar os policiais, cobrar dos políticos mais investimentos na área. As causas que justifica os altos índices de criminalidade no município de Anápolis são as drogas, o garantismo judicial com conseqüente sensação de impunidade e a posição geográfica e ainda diz que: “As políticas públicas devem aumentar o efetivo policial, devem criar clínicas de reabilitação e

ressocialização. ” O delegado não possui opinião formada sobre a importância dos colégios militares na formação dos indivíduos.

O sargento da Central de Operações Policiais Militar, aborda o assunto expressando que é preciso de uma mudança cultural da sociedade, onde a população lute por mudanças e pelos seus direitos, exigindo de seus representantes políticos leis mais eficazes com penas mais severas. Deve-se haver uma maior integração entre a população e os órgãos de segurança, para que os cidadãos possam passar informações do que está acontecendo em seu bairro em relação a criminalidade. Em seus questionamentos o sargento diz que:

As causas do alto índice de criminalidade em Anápolis são os problemas sociais, o tráfico de drogas, as famílias desestruturadas, pouco efetivo policial e as leis muito brandas, e para melhorar essa situação é necessário um maior investimento na área da segurança pública com o aumento do efetivo policial e uma melhoria na área de inteligência das polícias e programas sociais eficazes, e uma educação de qualidade para crianças, tirando os mesmos das ruas. O sistema de educação militarizada se mostrou um dos melhores do país, trazendo de volta para as escolas a disciplina e o respeito aos professores. Esse sistema tem mostrado aos jovens que o respeito, uma boa educação e disciplina vão lhes proporcionar um futuro promissor. (ENTREVISTA EM: 12/03/2019)

Para o Assessor da área de Segurança Pública, é fundamental qualquer plano de segurança desde que seja sério e eficaz, depende da participação da comunidade não só na execução, mas também na sua elaboração. As causas da violência são endêmicas, Anápolis sofre esse impacto, existem índices bem menores que a maioria das cidades do mesmo porte. Com relação aos colégios militares o assessor não acredita que para ensinar civismo e cidadania é preciso militarizar as escolas e o que contribui para a formação dos jovens não é a disciplina e sim construir uma escola de qualidade.

A opinião do assessor e diretor foi bem sucinta quando ele diz que: “no Brasil, política de segurança é sinônimo de polícia de combate à violência. Segurança pública eficaz deve priorizar o combate às causas da violência a criminalidade primária. A gênese de uma política eficaz nesta área deve ser social e não policial, o respeito é a síntese da relação entre a população e as polícias. ” (ENTREVISTA EM:14/03/2019)

Podemos observar na tabela 7 com os dados comparativos de 2016, 2017 e 2018 de toda a Regional de Anápolis, demonstrando sua produtividade nesses três anos em estudo. Ainda vale lembrar que no ano de 2016 os registros de RAI começaram a partir do dia 1º de abril, motivo pelo qual há tanta diferença. O percentual de diferença de registros para mais ou para menos, foi calculada comparada o ano de 2018 com o de 2017 apenas. A produtividade de inquéritos policiais está demonstrada na figura 8, onde temos cada delegacia de nossa

regional, e ali se podem ver quantos foram instaurados, quantos recebidos do judiciário, quantos devolvidos ou enviados durante o ano.

Tabela 4

Procedimentos registrados na Regional de Anápolis

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA	2.549	2.340	2.476	5,81%
IP's INSTAURADOS	4.790	3.306	3.291	-0,45%
DADOS DA REGIONAL DE ANÁPOLIS				
PROCEDIMENTO/ANO	2016	2017	2018	Dif. %
REGISTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO	40.226	55.575	51.012	-8,21%
AUTO DE APREENSÃO EM FLAGRANTE	67	66	45	-31,82%
AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE (APF)	1.948	1.891	2.087	10,36%
BOLETIM DE OCORRÊNCIA CIRCUNSTANCIADO	620	598	492	-17,73%
IP's ENVIADOS AO JUDICIÁRIO COM	3.120	3.133	3.840	22,57%
IP's DEVOLVIDOS COM CUMPRIMENTO DE	406	626	834	33,23%
IP's ENVIADOS AO JUDICIÁRIO SEM	220	226	780	245,13%
IP's RECEBIDOS DO JUDICIÁRIO	1.188	1.049	1.514	44,33%

Fonte: NEAC – 3ª RISP – Anápolis, 2019, pág. 7

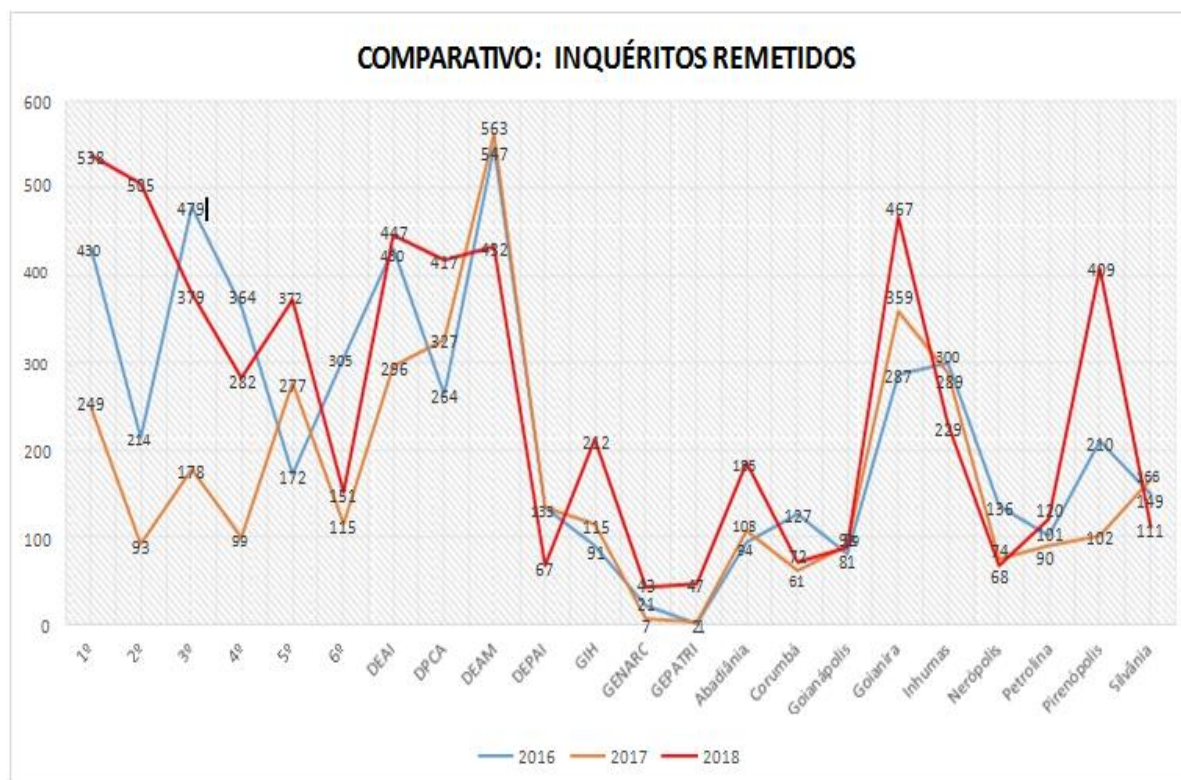
Com a finalidade de demonstrar com mais clareza a evolução da produtividade das delegacias, no que tange a remessa de inquéritos policiais, na tabela 5 mostra o comparativo apresentado com a quantidade de inquéritos remetidos nos anos de 2016, 2017 e 2018, com o cálculo da porcentagem de aumento ou diminuição de produtividade do ano de 2018 em relação ao ano de 2017. No ano de 2018 vemos que praticamente todas as delegacias registraram um bom aumento na remessa de Inquéritos, e para tal fenômeno pode haver algumas explicações. A primeira é que no ano de 2018, após várias campanhas pelo devido uso e registro das movimentações dos inquéritos no sistema, isso tenha de fato ocorrido, ou seja, a produtividade aumentou devido ao correto uso dos nossos sistemas informatizados, o que também é bastante positivo, uma vez que para geração de relatórios e aferição de metas/produtividade, a SSP (Secretaria de Segurança Pública) se utiliza os sistemas informatizados. Podemos também atribuir o aumento da produtividade ao fato do maior engajamento da polícia civil nas operações de combate à violência efetuada em nossa Regional. E claro, o trabalho de nossos servidores, que apesar de não ter tido nenhum aumento real no efetivo, conseguiu desdobrar-se e produzir mais, atendendo aos anseios da sociedade. Esses são apenas alguns fatores que pode ter colaborado para o aumento da produtividade, o que não pode excluir outros a serem levantados e estudados.

Tabela 5

Evolução da produtividade das delegacias nos anos 2016,2017 e 2018

Delegacia	Inquéritos Remetidos 2016	Inquéritos Remetidos 2017	Inquéritos Remetidos 2018	Dif. %
1º	430	249	538	116%
2º	214	93	505	443%
3º	479	178	379	113%
4º	364	99	282	185%
5º	172	277	372	34%
6º	305	115	151	31%
DEAI	430	296	447	51%
DPCA	264	327	417	28%
DEAM	547	563	432	-23%
DEPAI	133	133	67	-50%
GIH	91	115	212	84%
GENARC	21	7	43	514%
GEPATRI	1	2	47	2250%
Abadiânia	94	108	185	71%
Corumbá	127	61	72	18%
Goianópolis	81	90	89	-1%
Goianira	287	359	467	30%
Inhumas	300	289	229	-21%
Nerópolis	136	74	68	-8%
Petrolina	101	90	120	33%
Pirenópolis	210	102	409	301%
Silvânia	149	166	111	-33%

Fonte: NEAC – 3ª RISP – Anápolis, 2019, pág. 9

**Figura 3:** Gráfico - Comparativo das remessas de inquéritos de 2016, 2017 e 2018

Fonte: NEAC – 3ª RISP – Anápolis, 2019, pág. 10

4.1 – Indicadores de criminalidade

Considerando o Manual de Controle Estratégico e de indicadores de Criminalidade, foram definidos dois grupos de crimes a serem priorizados pelas forças policiais, os Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI (Homicídio e Latrocínio) e os Crimes Violentos Contra o Patrimônio – CVCP (furtos e roubos a transeunte, em comércio, em residência e de veículo). Na regional de Anápolis, comparando os anos de 2016, 2017 e 2018, sendo calculado o aumento ou diminuição da incidência comparando o ano de 2018 apenas com o ano de 2017, tem-se os seguintes quantitativos:

Tabela 6

Quantidade de ocorrências por crime na regional.

CRIMES	TOTAL	TOTAL	TOTAL	Dif. %
Homicídio doloso	228	262	210	-20%
Latrocínio	9	11	12	9%
Roubo a transeunte	2150,	2270,	1776,	-22%
Roubo a residência	216	265	191	-28%
Roubo a comércio	584	464	266	-43%
Roubo de veículo	697	846	642	-24%
Furto a transeunte	177	282	369	31%
Furto em residência	1962,	2652,	2150,	-19%
Furto em comércio	685	909	569	-37%
Furto de veículo	643	896	838	-6%

Fonte: NEAC – 3ª RISP – Anápolis, 2019, pág. 11

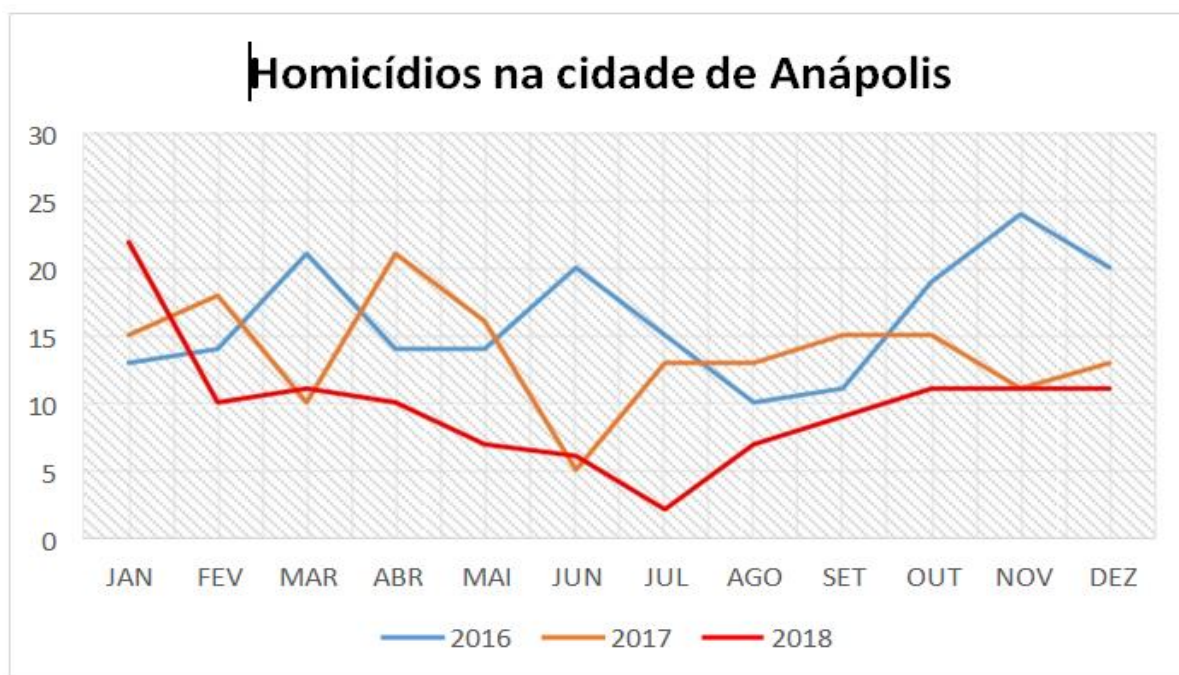
Os dados acima foram retirados do sistema BI-Pentaho, e refere-se ao número de RAI registrados por crimes. No que tange ao crime de Homicídio, a cidade de Anápolis vem trabalhando incessantemente para diminuir sua incidência e aumentar as prisões dos autores. O Grupo de Investigação de Homicídios, através de uma atuação mais enfática nos locais de crime, conseguiu reduzir consideravelmente a incidência desse crime, o que se pode ver na tabela e gráfico (tabela 7 e figura 4). A redução de 2018 em relação ao ano de 2017 foi de 29%. Já se compararmos 2018 com o ano de 2016, temos uma redução de 40% na incidência do crime de homicídio em nosso município nos últimos dois anos.

Tabela 7:

Comparativo a incidência de homicídios no município de Anápolis

Homicídios em Anápolis				
Mês	2016	2017	2018	Dif. %
JAN	13	15	22	47%
FEV	14	18	10	-44%
MAR	21	10	11	10%
ABR	14	21	10	-52%
MAI	14	16	7	-56%
JUN	20	5	6	20%
JUL	15	13	2	-85%
AGO	10	13	7	-46%
SET	11	15	9	-40%
OUT	19	15	11	-27%
NOV	24	11	11	0%
DEZ	20	13	11	-15%
TOTAL	195	165	117	-29%

Fonte: NEAC – 3ª RISP – Anápolis, 2019, pág. 11

**Figura 4:** Gráfico comparativo homicídio Anápolis.

Fonte: NEAC – 3ª RISP – Anápolis, 2019, pág. 12

4.2 – Incidências de criminalidade nos bairros

Agora será demonstrado os bairros do município de Anápolis em que mais houve registros de RAI. Temos uma tabela demonstrativa com todos os bairros que tiveram,

durante o ano de 2018, mais de 1.000 (mil) RAI's, o que acabou totalizando 41 bairros de nosso município.

Tabela 8

Bairros com maior incidência de RAI.

BAIRROS COM MAIOR INCIDÊNCIA DE RAI		
1	SETOR CENTRAL	16.377
2	JUNDIAÍ	9.893
3	VILA JAIARA	6.455
4	ZONA RURAL	5.308
5	DE LOURDES	3.724
6	DAIA DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANÁPOLIS	2.761
7	JARDIM ALEXANDRINA	2.761
8	MARACANÃ	2.711
9	VILA SANTA ISABEL	2.574
10	JK NOVA CAPITAL	2.561
11	ANÁPOLIS CITY	2.526
12	CONJUNTO HABITACIONAL FILOSTRO MACHADO	2.485
13	DISTRITO DE INTERLÂNDIA	2.447
14	SETOR INDUSTRIAL MUNIR CALIXTO	2.349
15	RECANTO DO SOL	2.296
16	BOA VISTA	2.128
17	PARAÍSO	2.095
18	SETOR SUL JAMIL MIGUEL 1ª ETAPA	2.010
19	JARDIM AMÉRICA	1.944
20	VIVIAN PARQUE I ETAPA	1.930
21	POLOCENTRO I	1.895
22	CIDADE JARDIM	1.790
23	VILA GÓIS	1.739
24	JARDIM DAS AMÉRICAS 3ª ETAPA	1.631
25	BAIRRO NAO IDENTIFICADO	1.621
26	VILA SANTA MARIA DE NAZARETH	1.565
27	PARQUE BRASÍLIA 1ª ETAPA	1.473
28	CALIXTOLÂNDIA I ETAPA	1.380
29	JARDIM ALVORADA	1.339
30	PARQUE CALIXTÓPOLIS I	1.336
31	JARDIM ARCO VERDE 1ª ETAPA	1.333
32	DISTRITO DE SOUZÂNIA	1.321
33	PARQUE RESIDENCIAL DAS FLORES	1.310
34	CIDADE UNIVERSITÁRIA	1.266
35	PARQUE DOS PIRINEUS	1.245
36	SANTO ANDRÉ	1.183
37	JARDIM PROGRESSO	1.116
38	VILA SÃO JOAQUIM	1.103
39	LOTEAMENTO GUANABARA	1.025
40	VILA FABRIL	1.014
41	SÃO JOÃO	1.000

Fonte: NEAC – 3ª RISP – Anápolis, 2019, pág. 17

De acordo com o Núcleo de Estatística e Análise Criminal 3ª RISP, a quantidade de inquéritos remetidos ao judiciário cresceu consideravelmente, em especial os inquéritos remetidos com autoria definida. É possível verificar também que a criminalidade vem mantendo seu padrão de incidência maior nos crimes contra o patrimônio, bem como nos bairros mais centrais e populosos.

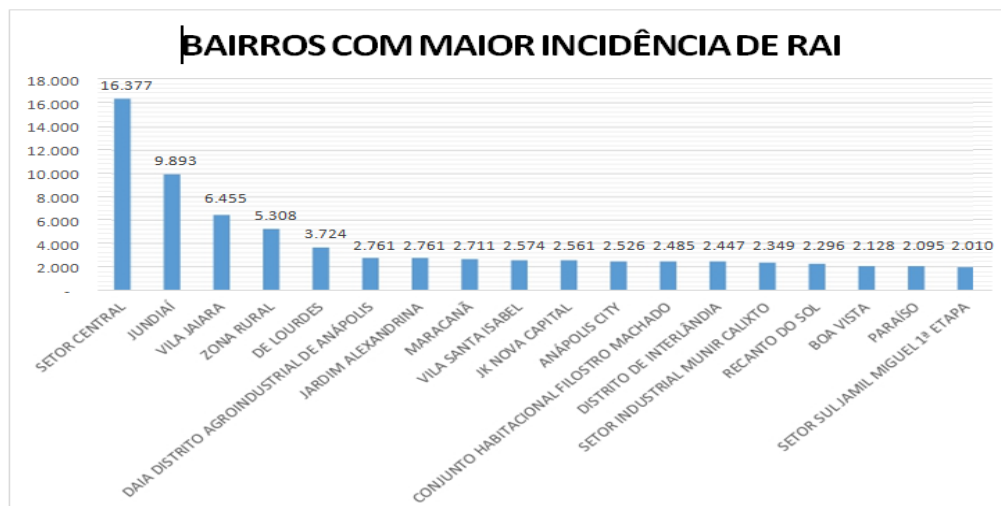


Figura 5: bairros com maior incidência de RAI.
Fonte: NEAC – 3ª RISP – Anápolis, 2019, pág. 18

4.3 – Prisões em flagrante

Neste item será apresentado as prisões em flagrante registrados pela Regional de Anápolis, 3ªDRP – 3ª Delegacia Regional de Polícia pelo Núcleo de Estatística e Análise Criminal.

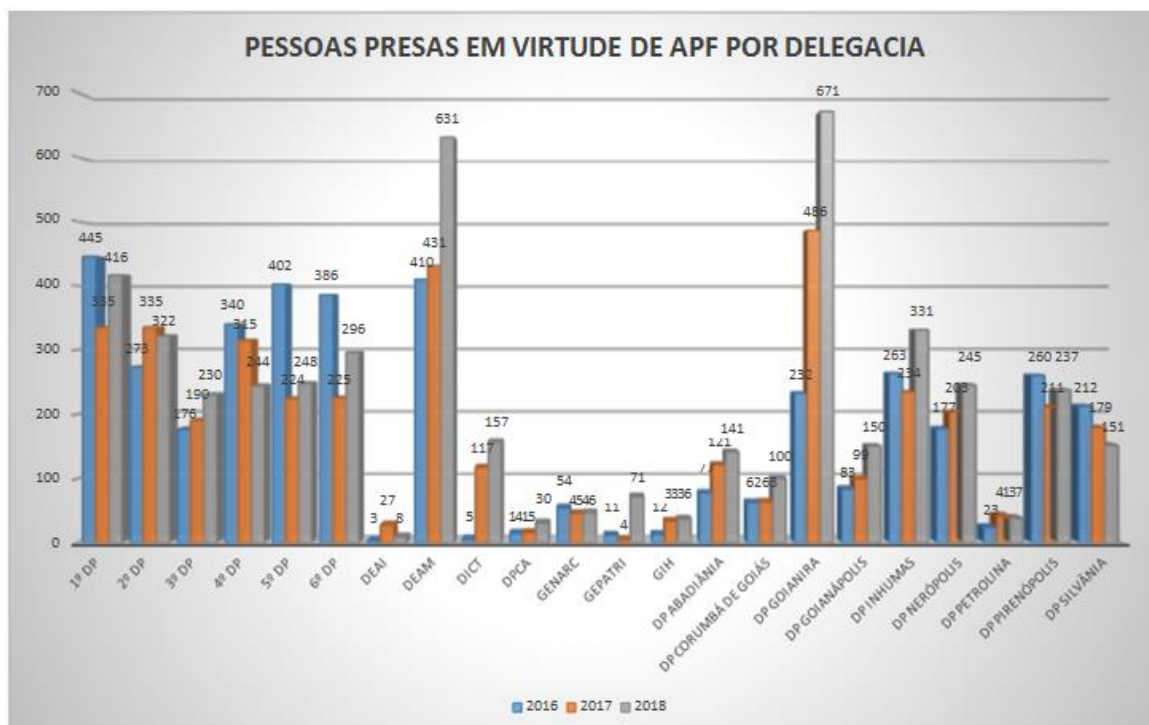


Figura 6: comparativo de pessoas presas em APF's nos anos de 2016, 2017 e 2018
Fonte: NEAC – 3ª RISP – Anápolis, 2019, pág. 16

No gráfico acima é demonstrado o comparativo entre as delegacias da quantidade de pessoas presas em flagrante nos anos de 2016, 2017 e 2018. Lembrando que nesse caso, estão computados os procedimentos afetos às delegacias.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O objeto de estudo em questão “A democracia participativa: Os desafios e demandas da população de Anápolis para reduzir a criminalidade no município”, foi desenvolvido de modo a compreender a importância da participação da sociedade civil para reduzir o alto índice de crimes ocorridos na cidade de Anápolis, bem como apontou as causas consideradas relevantes para o aumento dessa criminalidade no município; identificou as demandas, desafios e estratégias necessárias para reduzir esse número; constatou como a governança municipal encontrou parte da solução para esse grande problema fosse reduzido.

Nesta conjuntura, a participação da sociedade foi muito importante para programar as políticas públicas, contudo, grande maioria dos gestores tem uma imagem de que a sociedade ainda precisa estar preparada para avaliar e até mesmo serem incluídas nas tomadas de decisões que envolvem planejamento e ação das políticas públicas de segurança.

Na democracia participativa os fundamentos das decisões coletivas devem estar acessíveis a todos os cidadãos, os desafios dos governantes locais reside na necessidade de produzir marcos propícios para o intercâmbio e a geração de acordos e denominadores comuns, entre os atores do espaço local para promover redes voltadas ao debate sobre problemas públicos, com isso há a criação dos instrumentos de mobilização da cidadania que promover uma formação cidadã, com a criação de regras e arranjos institucionais que garantam previsibilidade e aumentem a confiança dos atores sociais e diminuam as incertezas do processo político, assim possibilita a capacidade de gerar ações de caráter público de alta intensidade (Cabrero, 2004; Le Gales, 1998).

A sociedade civil participa corroborando com o bom funcionamento do sistema de gestão pública na área da segurança na esfera municipal. Considera-se propostas que estimulem essa participação e que promova o bem comum dos cidadãos, com uma adoção de um marco teórico com compromisso, mudanças sociais, justificação de práticas sociais emancipatórias existentes a serem criadas, e categorias operacionais desenvolvidas.

A segurança pública é vista pela sociedade como um dever dos estados, porém essa situação se reflete nos municípios deixando a população receosa e com medo de sair nas ruas das cidades, preocupados com o que poderá acontecer até mesmo dentro de suas próprias residências. Os cidadãos lamentam tantos acontecimentos trágicos que supostamente veem no estado uma ineficiência para combater a criminalidade nas cidades.

Com relação às instituições participativas, tem-se criado múltiplos espaços de deliberação orientados para melhorar a qualidade da esfera pública, consideram-se as

deliberações públicas e organizadas de maneira autoconsciente, que se caracteriza pelos esforços ativistas espontâneos ou dos movimentos sociais, uma vez que esses movimentos influenciam as decisões do Estado por meio da pressão externa. Com o advento do policiamento comunitário atribui-se aos policiais objetivos específicos de conhecer e relacionar-se com a população no propósito de desenvolver parcerias, entre a polícia e a comunidade para a solução conjunta dos problemas advindos das políticas públicas de segurança no município.

Uma das possibilidades oferecidas pela gestão pública municipal de Anápolis para diminuir os atos de crimes foi a inserção do Observatório de Segurança e, juntamente com o observatório foi implantada a Defesa Social, que oferece maior consciência e corresponsabilidade da sociedade nas ações de proteção ao cidadão, também a Defesa Civil de Anápolis. O vídeo monitoramento é o carro-chefe dos projetos do GGIM. O órgão foi criado pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – (Pronasci), do Ministério da Justiça, com objetivo de prevenir, controlar e reprimir a criminalidade no município.

Atividades relativas à prevenção às drogas é outro projeto que merece atenção e está sendo executado pela Assessoria Especial de Segurança Pública Municipal e GGIM, por meio da Gerência de Políticas Públicas sobre Drogas, com o desenvolvimento de estratégias de prevenção e educação sobre drogas. Portanto, são articuladas ações que envolvem palestras, oficinas e atividades práticas com o fortalecimento do debate e da participação de crianças e adolescentes em consonância com a Política Nacional sobre Drogas, do Governo Federal.

No plano de desenvolvimento de estudo, a pesquisadora utilizou-se de uma entrevista semiestruturada com os atores envolvidos no processo, abordando questionamentos relevantes ao tema em estudo, e os dados estatísticos foram fornecidos pela 3ª DRP- 3ª Delegacia Regional de Polícia – Anápolis. Os dados coletados estão em conformidade com o relatório de Análise Criminal e estatística, elaborado pelo Núcleo de Estatística e Análise Criminal da 3ª RISP, com o intuito de avaliar os serviços prestados pela Polícia Civil no ano de 2018.

O Estudo realizado foi de grande importância não só para a pesquisadora como também para todos os atores envolvidos no processo, houve uma interação bem expressiva entre a pesquisadora e os participantes da pesquisa. A população de Anápolis reivindicou as melhorias na segurança pública municipal da cidade, como resultado dessas reivindicações foi criada em novembro de 2018 a Força Tática Municipal que vem surtindo efeitos positivos.

De acordo com as informações prestadas pelo delegado da GIH desde que essa ação foi implantada houve uma redução de 60% em furtos e roubos no município, se comparado com 2016. O incremento da segurança pública, idealizado pelo prefeito Roberto Naves, ainda

garantiu aumento significativo de prisões (35%), apreensão de drogas (40%) e apreensão de armas (23%). Segundo o delegado da polícia civil da GIH, atribui a redução do número de homicídios a um conjunto de ações articuladas pela Polícia Civil e pelas demais forças de segurança que atuam na Cidade, depois que Anápolis registrou o recorde de 195 mortes violentas em 2016. Para reverter esse número, disse que o GIH passou a funcionar em regime de plantão, criando em seguida uma força tarefa interna empenhada em solucionar os crimes de homicídios com mais rapidez, e ainda intensificou o trabalho preventivo na cidade.

Em síntese, o estudo foi realizado considerando os desafios que a população de Anápolis enfrenta com as situações de crimes. Percebe-se que mesmo com os desafios e demandas políticas postas pelos entrevistados no sentido de melhorar o sistema de segurança pública em todas as esferas, a população de Anápolis tem superado as diversidades encontradas, que busca ter uma redução expressiva nas estatísticas referente ao índice de criminalidade.

Espera-se que as políticas públicas de segurança juntamente com a participação da sociedade democrática continuem trabalhando em benefício de uma política mais justa e eficaz para ainda melhores resultados. Embora, é notado pela população uma redução nos casos de criminalidade, ainda tem muito que melhorar e os resultados serão mais expressivos em números reduzidos se houver um trabalho com parceria ainda mais intensificado entre as políticas públicas de segurança e a sociedade civil. Assim, baseado em estratégias que possam corroborar com melhores resultados para a questão estudada.

6 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIDA, Elga Lessa. **Participação Popular Na Gestão Da Segurança Pública: A Evolução De Sua Implementação Na Bahia**. XXXIII Encontro da ANPAD, São Paulo/SP. 19 a 23 de setembro de 2009.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: **Algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático**. Opinião Pública, vol. 14, nº 1, 2008, pp. 43-64.

BARBOSA, Vander Lúcio. Jornal Contexto: O jornal de Anápolis - **Número de homicídios em 2018 foi o menor dos últimos seis anos**, 10/01/2019: http://www.jornalcontexto.net/noticias.php?editoria=Viol%C3%A2ncia&&edicao=516&&id_editoria=19. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

BARBOSA, Vander Lúcio. Jornal Contexto: O jornal de Anápolis - **A iniciação no crime é cada vez mais precoce**, 19/06/2015: <http://www.jornalcontexto.net/inicio-no-crime-cada-vez-mais-precoce>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

BARBOSA, Vander Lúcio. Jornal Contexto: O Jornal de Anápolis – **Anápolis ganha novas unidades judiciárias**, 11/10/2018, <http://www.jornalcontexto.net/anpolis-ganha-novas-unidades-judicirias>, acesso em 24 de fevereiro de 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2010. 281p.

CABRERO, Enrique. Cogestión gobierno-ciudadanía **en programas de bienestar social en el espacio municipal**. Un balance preliminar. In: Ziccardi, Alicia (org.). Participación ciudadana y políticas sociales del ámbito local. México, DF: IIS/Comesco/ Indesol, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, W. F.; TITO, A. L. A.; BRUMATTI, P. N. M.; ALEXANDRE, M. L. O. Uso de Instrumentos de Coleta de Dados em Pesquisa Qualitativa: Um Estudo em Produções Científicas de Turismo. **Turismo: Visão e Ação**, v. 20, n. 1, p. 2-28, 2018.

CUNHA, José Sebastião Fagundes. **Os Direitos Humanos e Políticas Públicas** – a aplicação do art. 366 do Código de Processo Penal, Editora UEPG, 2000.

Democracia na gestão da segurança pública: Artigo publicado na **Revista Brasileira de Ciências Criminais** (ISSN 1415-5400, Ed. RT, ano 18, n. 87, nov. Dez. /2010, p. 233-276). Acesso em 05 de fevereiro de 2019.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisa qualitativas**. Curitiba, Educar, n. 24, p 213-225, 2004.

DURKHEIM, Emílie. **Sociologia. Organizado** por José Albertino Rodrigues e Coordenado por Florestan Fernandes. São Paulo. Ática 2007.

FERNANDES, M. E. (1991). Memória Camponesa. **Anais da 21ª Reunião Anual de Psicologia, SPRP**, Ribeirão Preto, 20 págs. (no prelo).

GOHN, Maria da Glória. O cenário da participação em práticas de gestão da coisa pública no Brasil no final do milênio: **As mudanças no caráter do associativismo**. Cidadania – Textos, nº 12, julho, 1998. Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais, Demandas Educativas e Cidadania. São Paulo: UNICAMP/UNESP.

Goode, W. J. & Hatt, P. K. (1979). **Métodos em pesquisa social**. 7. Ed. São Paulo: Ed. Nacional.

<http://www.spell.org.br/documentos/ver/12153/o-municipio-e-a-seguranca-publica--o-potencial-da-governanca-democratica-urbana> - Acesso em: 30 de outubro de 2018.

INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA: **programas impulsionados por instituições policiais** / Organizador: Almir de Oliveira Junior. - Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

KLAUS FREY, S.C. JR; **O município e a segurança pública: o potencial da governança democrática urbana**, Artigo: RAP Rio de Janeiro, mar. /abr. 2005.

MACAULAY, Fiona. Parcerias entre o Estado e a Sociedade Civil para promover a segurança do cidadão no Brasil. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, ano 2, n.2, p.147-173, 2005.

MANZINI, E. J. **Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados**. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. Pesquisa e educação especial: mapeando produções. Vitória: UFES, 2006, p. 361-386.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

MARTINS, Heder de Oliveira; GODINHO, Letícia (Org.). **CONASP: Sua contribuição para a Política Nacional de Segurança Pública em seu 1º mandato. Programa de Pós-Graduação em: Democracia Participativa e Movimentos Sociais**. Departamento de CIÊNCIA POLÍTICA / UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte 2012.

MESQUITA NETO, Paulo. **Políticas municipais de segurança cidadã: problemas e soluções**. Análises e Propostas, nº 33, 2006.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. A avaliação dos Conselhos Comunitários de Segurança. Revista Avaliação de Políticas Públicas, vol. 2, nº 2, jul./dez. 2008. _____. **A busca por direitos: possibilidades e limites da participação social na democratização do Estado**. In: Caruso, Haydée; Muniz, Jacqueline; Carballo Blanco, Antônio Carlos (orgs.). Polícia, Estado e sociedade: práticas e saberes latino-americanos. Rio de Janeiro: Publit, 2007, pp. 417-443.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: **Prefeitura Municipal de Anápolis**, atualização em 23 de outubro de 2017. <http://www.anapolis.go.gov.br/portal/multimedia/noticias/ver/portal-do-cidadapo-conquista-a-confianasa-dos-usuairios>. Acessado em: 07 de janeiro de 2019.

QUEIROZ, M.I.P. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. 2. ed. São Paulo. CERVE/FFLCH/USP, 1983.

RIQUE, C.; LIMA, M. C. **As novas relações entre a polícia e a sociedade: uma perspectiva emancipatória**. Recife: Edições Bagaço, 2003.

SCHIAVINI, J. M.; GARRIDO, I. Análise de Conteúdo, Discurso ou Conversa? Similaridades e Diferenças entre os Métodos de Análise Qualitativa. **Revista ADM.MADE**, v. 22, n. 2, p. 1-12, 2018.

Selltiz, C., Wrightsman, L. & Cook, S. (1987). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU. Severino, A. J.

Teixeira, E. B. (2003). **A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais**. Desenvolvimento em Questão, 1(2), 177-201.

Vergara, S. C. (2005). **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas.

Vergara, S. C. (2012). **Métodos de coleta de dados no campo**. 2. Ed. São Paulo: Atlas.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevista



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DATA ____/____/2019

NOME DO ENTREVISTADO: _____

LOCAL DE ATUAÇÃO: _____

CARGO QUE OCUPA: _____

- 1) Há quanto tempo você presta serviços para a população de Anápolis na área da segurança pública?
- 2) Em sua opinião, qual o papel da participação popular na redução da criminalidade em Anápolis?
- 3) Em sua opinião, quais causas podem justificar os altos índices de criminalidade no município de Anápolis?
- 4) Em sua opinião, como as políticas públicas de segurança pública podem melhorar a situação da criminalidade em Anápolis?
- 5) Como polícias e a população de Anápolis podem cooperar para melhorar o efeito das políticas de segurança?
- 6) Em Anápolis temos três unidades de ensino que presta uma educação de civismo e cidadania, que são os Colégios Militares, e brevemente teremos mais uma unidade para atender uma grande demanda de estudantes. Qual a sua opinião sobre esse sistema de educação militarizada? É um ensino que contribui para que nossas crianças e jovens se tornem melhores cidadãos para viver em sociedade?

Anápolis, fevereiro de 2019

Cursista: Rosária Pereira dos Anjos Almeida

Especialização em Gestão Pública Municipal

Apêndice B – Cronograma de atividades

Figura 1

Cronograma de Atividades

Etapas	02 a 09/01	10 a 24/01	25/01 a 14/02	15 a 28/02	01 a 15/03	16 a 31/03	01 a 13/04	27/04	06/05
Elaboração do plano de estudo	X								
Plano de trabalho e elaboração do roteiro da entr		X							
Entrega do resumo e introdução do trabalho			X						
Aplicação da entrevista semiestruturada				X					
Referencial teórico e levantamento de dados				X					
Entrega da metodologia e Análise dos dados					X				
Entrega da análise de resultados e das conclusões						X			
Período de entrega do trabalho final							X		
Entrega do Resumo do Banner para apresentação							X		
Defesa da monografia								X	
Entrega da versal final									X

Cronograma de atividades de autoria da pesquisadora

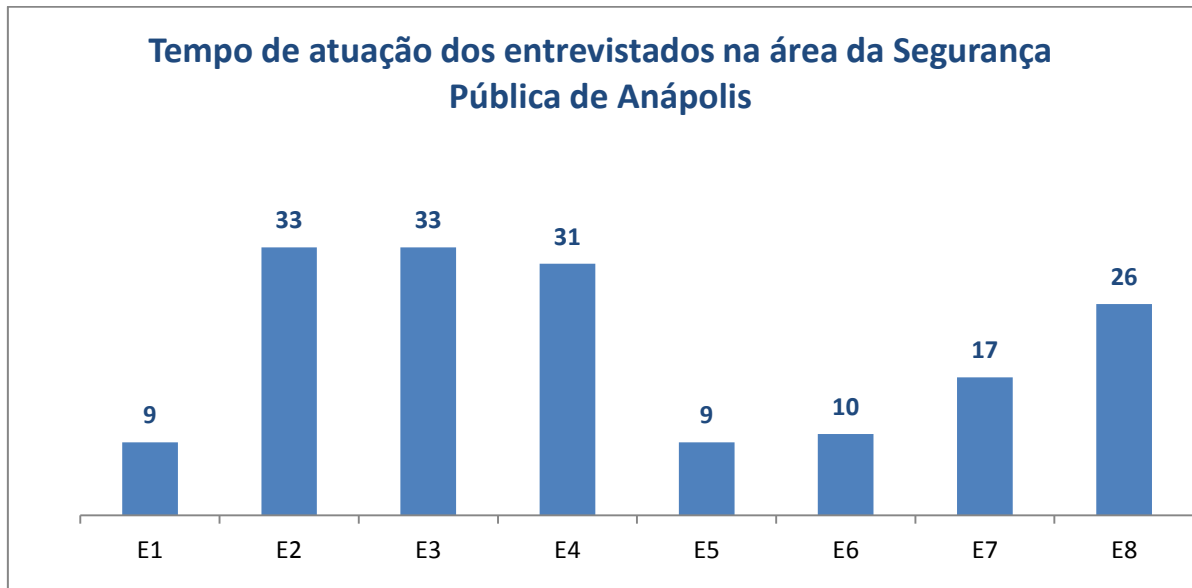
Apêndice C – Anos de atuação dos participantes da pesquisa na área da segurança pública

Figura 2 – Gráfico - Anos de atuação dos participantes da pesquisa .